



CEFET/RJ

AUDIN

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

GERACs de Angra dos Reis, Maria da Graça, Petrópolis e Valença

Exercício 2026

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA
FONSECA – CEFET/RJ**

AUDITORIA INTERNA

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

**Órgão: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da
Fonseca**

**Unidade Examinada: GERACs de Angra dos Reis, Maria da Graça,
Petrópolis e Valença**

Município/UF: Rio de Janeiro/RJ

**Projeto de Auditoria: Acessibilidade a prédios por pessoas com
deficiência**

Missão

Contribuir - de forma independente - tanto para a avaliação quanto para o aprimoramento do gerenciamento de riscos, dos controles internos e da governança da instituição, além de agregar valor às práticas administrativas e colaborar para a melhoria da gestão quanto à eficácia, eficiência e economicidade dos processos.

Auditoria Conformidade

A auditoria de conformidade visa a obtenção e avaliação de evidências para verificar se as atividades financeiras ou operacionais de um objeto de auditoria selecionado obedecem às condições, às regras e aos regulamentos a ele aplicáveis.

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO PELA AUDIN DO CEFET/RJ?

Auditoria de avaliação das condições de acessibilidade das pessoas com deficiência aos prédios constantes no acervo do CEFET-RJ.

POR QUE A AUDIN/CEFET-RJ REALIZOU ESSE TRABALHO?

O objetivo do trabalho realizado foi a avaliação das condições de acessibilidade das pessoas com deficiência aos prédios constantes no acervo do CEFET-RJ. Tal trabalho de auditoria decorreu dos temas a serem trabalhados no exercício de 2026 em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria Interna 2026 (PAINT) aprovado pelo Conselho de Diretor (CODIR) por meio da Resolução nº Resolução nº 107/2025/CODIR.

QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS PELA AUDIN/CEFET/RJ?

Os resultados do presente trabalho permitiram concluir que o nível geral de maturidade dos controles relacionados à conformidade das estruturas urbanísticas e arquitetônicas do CEFET/RJ com os dispositivos legais de acessibilidade encontra-se em estágio intermediário, considerando a existência de princípios e padrões documentados sobre controles internos e a identificação da necessidade de aprimoramento no que diz respeito à aplicação de itens da legislação vigente, assim como a percepção da adoção de boas práticas pela instituição sobre o tema acessibilidade.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Metodologia de pontos para amostragem.....	12
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fórmula da amostra (Fonte: AUDIN CEFET/RJ)	12
Figura 2 - Mobiliário Angra dos Reis.....	15
Figura 3 – Laboratório e sala sem espaço de circulação e com mobiliário inacessível..	16
Figura 4 - Maçaneta e mobiliário Maria da Graça	16
Figura 5 – Salas e laboratório sem espaço de circulação e sem mobiliário adequado..	16
Figura 6 - Maçaneta e mobiliário Petrópolis	17
Figura 7 – Salas sem espaço de circulação e sem mobiliário adequado	17
Figura 8 - Maçaneta e mobiliário Valença	18
Figura 9 – Salas sem espaço de circulação e sem mobiliário adequado.....	18
Figura 10 - Obstáculos na entrada das salas de aula (Angra dos Reis)	20
Figura 11 - Entrada Bloco G e biblioteca com degraus (Maria da Graça)	20
Figura 12 - Degráus no acesso aos blocos D e E e no acesso à biblioteca (Petrópolis)..	20
Figura 13 – Obstáculos nas entradas e no acesso ao restaurante (Valença)	21
Figura 14 - Estacionamento Maria da Graça sem reserva de vagas para idosos e PCDs	22
Figura 15 – Estacionamento Valença sem reserva de vagas para idosos e PCDs	22
Figura 16 - Auditório Angra dos Reis	24
Figura 17 - Auditórios Maria da Graça.....	24
Figura 18 - Auditório Petrópolis	25
Figura 19 - Auditório Valença	25
Figura 20 - Bebedouros Angra dos Reis.....	26
Figura 21 - Bebedouros Maria da Graça.....	27
Figura 22 - Bebedouros Petrópolis	27
Figura 23 - NAPNE, SAPED e SERAC Angra dos Reis	28
Figura 24 – NAPNE e SERAC Maria da Graça	29
Figura 25 - NAPNE Petrópolis	29
Figura 26 – SERAC Valença	29
Figura 27 - Ausência de piso tátil nas unidades de Angra dos Reis, Maria da Graça, Petrópolis e Valença	31
Figura 28 - Banheiro Angra dos Reis.....	32
Figura 29 - Banheiros Maria da Graça	32
Figura 30 - Banheiros Petrópolis	33
Figura 31 - Banheiros Valença	33
Figura 32 - Estacionamento com vagas para PCDs e Idosos	38
Figura 33 - Painel informativo em braile	38
Figura 34 – NAPNE Angra dos Reis	39
Figura 35 - Piso tátil restaurante e elevador (Maria da Graça)	39
Figura 36 – Plataforma elevatória dentro do padrão.....	40
Figura 37 – Painéis em braile.....	40
Figura 38 – Bebedouro sinalizado	41
Figura 39: Gráfico geral dos campi: Angra dos Reis, Maria da Graça, Petrópolis e Valença	44
Figura 40 - Top 10 ambientes com não conformidades.....	45
Figura 41 - Salas de aula	46
Figura 42 - Salas de aula em Angra dos Reis	46
Figura 43 - Sala sem mesas acessíveis e com pouco espaço para circulação	47

Figura 44 – Maçaneta fora do padrão	47
Figura 45 - Sala de aula com layout com pouco espaço de circulação e sem mobiliário adequado.....	47
Figura 46 - Sala sem mesas acessíveis para cadeirantes.....	48
Figura 47 - Laboratórios.....	48
Figura 48 – Laboratórios sem mobiliário acessível, bancadas altas e banquetas não acessíveis	49
Figura 49 - Laboratório com mobiliário sem acessibilidade, com bancadas altas	49
Figura 50 - Maçaneta fora do padrão.....	50
Figura 51 - Mobiliário sem acessibilidade	50
Figura 52 - Bancadas altas e mesas sem acessibilidade	50
Figura 53 - Banheiros.....	51
Figura 54 – Banheiro Angra dos Reis	51
Figura 55 - Barras de apoio, descarga e largura da cabine fora do padrão (Bloco C)	52
Figura 56 - Barras de apoio, descarga e largura da cabine (Bloco B) fora do padrão	52
Figura 57 - Barras de apoio e descarga fora do padrão	53
Figura 58 - Escadas	53
Figura 59 – Rampas	54
Figura 60 - Rampa sem piso tátil na entrada e saída	54
Figura 61 - Escada sem piso tátil na entrada e saída e sem corrimão duplo com acabamento curvado.....	55
Figura 62 - Rampa de acesso ao restaurante sem piso tátil.....	55
Figura 63 - Escada sem corrimão duplo e piso tátil na entrada e saída.....	55
Figura 64 - Rampa sem piso tátil	56
Figura 65 - Rampa sem piso tátil e corrimão.....	56
Figura 66 - Escada sem corrimão duplo arredondado e sem piso tátil.....	56
Figura 67 - Plataforma elevatória	57
Figura 68 – Elevadores.....	57
Figura 69 – Elevador fora de uso	58
Figura 70 - Elevador	58
Figura 71 - Plataforma elevatória	59
Figura 72 - Auditórios dos campi analisados	59
Figura 73 – Auditório Angra dos Reis	60
Figura 74 – Auditório Bloco F - Maria da Graça.....	60
Figura 75 - Auditório Térreo - Maria da Graça	60
Figura 76 - Auditório Petrópolis	61
Figura 77 - Auditório Valença	61
Figura 78 - Recepções e locais de atendimento	62
Figura 79 – SERAC e NAPNE - Angra dos Reis.....	62
Figura 80 – SERAC e NAPNE – Maria da Graça	63
Figura 81 – NAPNE com entrada com degrau - Petrópolis.....	63
Figura 82 – SERAC - Valença	64
Figura 83 - Estacionamento	64
Figura 84 - Estacionamento Angra dos Reis	65
Figura 85 – Estacionamento/embarque Maria da Graça	65
Figura 86 – Estacionamento/embarque Valença	66
Figura 87 – Quadras.....	66

Figura 88 – Quadra do campus Angra dos Reis.....	67
Figura 89 – Quadra do campus Maria da Graça.....	67
Figura 90 - Bebedouros	68
Figura 91 - Bebedouros Angra dos Reis.....	68
Figura 92 - Bebedouros Maria da Graça.....	69
Figura 93 - Bebedouros Petrópolis	69
Figura 94 - Bebedouros Valença.....	70
Figura 95 – Biblioteca	70
Figura 96 - Biblioteca Angra dos Reis	71
Figura 97 - Biblioteca Maria da Graça	71
Figura 98 – Biblioteca Petrópolis.....	71
Figura 99 – Biblioteca Valença.....	72
Figura 100 - Gráfico restaurantes/refeitórios	72
Figura 101 - Refeitório Angra dos Reis	73
Figura 102 - Área externa - Refeitório Maria da Graça	73
Figura 103 - Refeitório Petrópolis.....	74
Figura 104 – Restaurante Valença.....	74

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AUDIN	Auditoria Interna do CEFET/RJ
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CODIR	Conselho Diretor
DERAC	Departamento de Administração e Registros Acadêmicos
DIREN	Diretoria de Ensino
DTINF	Departamento de Tecnologia da Informação
GERAC	Gerência Acadêmica
GERAD	Gerência Administrativa
NAPNE	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
NBR	Norma Brasileira
PAINT	Plano Anual de Auditoria Interna
PCD	Pessoa com Deficiência
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
SA	Solicitação de Auditoria
SAPED	Seção de Articulação Pedagógica
SERAC	Seção de Registros Acadêmicos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Origem e justificativa	10
Objetivos e questões de auditoria	11
METODOLOGIA	11
RESULTADOS DOS EXAMES	15
1. Ausência de Mobiliário, Equipamentos Adaptados e Espaços de Circulação Acessíveis	15
2. Barreiras de Acesso Físico aos Ambientes Utilizados pelos Alunos do CEFET-RJ	19
3. Inadequação na Sinalização dos Estacionamentos	22
4. Ausência de Sinalização e de Acessibilidade ao Palco nos Auditórios	23
5. Inadequação na Sinalização de Bebedouros Acessíveis e Altura Incompatível com os Padrões Técnicos	26
6. Barreiras de Acesso aos Locais de Atendimento ao Aluno	28
7. Ausência de Piso Tátil e Mapas Táteis nos <i>Campi</i> do CEFET/RJ	30
8. Não Conformidade dos Banheiros Acessíveis com as Normas de Acessibilidade	31
RECOMENDAÇÕES	35
SUGESTÕES DE MELHORIA	37
BOAS PRÁTICAS	38
CONCLUSÃO	42
ANEXOS	43
I – RELATO DE INSPEÇÃO – GERAL	44
II – RELATO DE INSPEÇÃO POR AMBIENTE	45

INTRODUÇÃO

Considerando a lei 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência (PCD), visando à sua inclusão social e cidadania, a acessibilidade consiste na garantia de condições que permitam às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida alcançar, utilizar e compreender, com segurança, autonomia e independência, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, sistemas de transporte, informações e comunicações, inclusive tecnologias e serviços correlatos. Abrange, ainda, o acesso a serviços e instalações de uso público, privados de uso coletivo ou abertos ao público, tanto em áreas urbanas quanto rurais. Sendo assim, pressupõe a eliminação de barreiras de qualquer natureza, assegurando igualdade de oportunidades e o exercício pleno dos direitos previstos na legislação vigente.

No âmbito do CEFET/RJ, o tema acessibilidade é institucionalmente tratado, de forma central, pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), unidade responsável por coordenar, orientar e acompanhar ações relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência, bem como pela promoção de condições de acessibilidade arquitetônica, comunicacional, pedagógica e atitudinal.

Além do NAPNE, determinadas atribuições podem envolver outros setores, conforme a natureza da demanda, como: obras, adequações estruturais e manutenção predial, acessibilidade digital e tecnológica, acessibilidade pedagógica, bem como os NAPNEs dos *campi* para acompanhamento local de demandas de infraestrutura e atendimento.

O presente relatório tem como propósito destacar os resultados da auditoria de conformidade, realizada entre os meses de janeiro a abril de 2026, nos *campi* de Angra dos Reis, Maria da Graça, Petrópolis e Valença. O objetivo geral do trabalho realizado foi avaliar as condições de acessibilidade das pessoas com deficiência aos prédios constantes no acervo do CEFET/RJ. Portanto, a promoção de medidas de acessibilidade não só atende à legislação como também contribui para o livre acesso e o respeito às pessoas com deficiência nas instituições de ensino, permitindo o seu desenvolvimento e a construção do saber.

Origem e justificativa

Este trabalho de auditoria decorreu dos temas e macroprocessos a serem trabalhados no exercício de 2026, definidos no Plano Anual de Auditoria Interna 2026 (PAINT), aprovado pelo Conselho Diretor (CODIR) por meio da Resolução nº 107/2025/CODIR.

O escopo definido foi a verificação das condições de acessibilidade desenvolvidas e promovidas pelo CEFET/RJ para a inclusão de todos os seus alunos.

A instituição conta com sete *campi* e a sede, entre as Regiões Serrana, Metropolitana e Costa Verde Fluminense. Tendo em vista sua grande proporção e a

capacidade operacional da Auditoria Interna, o trabalho foi dividido entre os anos de 2025 e 2026.

Os critérios utilizados para a definição das unidades que seriam auditadas em 2025 e posteriormente em 2026 foram: a quantidade de alunos, de servidores, o distanciamento da sede e o quantitativo de alunos com deficiência, com base nos dados disponibilizados no Relatório de Gestão e, também, recebidos da Diretoria de Ensino (DIREN) e do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). Com base na análise desses dados, foram objeto de auditoria em 2025 as unidades de Nova Iguaçu, Nova Friburgo, Itaguaí e a sede, Maracanã.

Os demais *campi*, Angra dos Reis, Maria da Graça, Petrópolis e Valença, foram auditados em 2026, de maneira a obter um panorama geral das condições de acessibilidade de toda a instituição, que sirva como subsídio para posteriores ações estratégicas sobre o tema.

Objetivos e questões de auditoria

O presente trabalho de auditoria tem por finalidade avaliar as condições de acessibilidade das pessoas com deficiência aos prédios constantes no acervo do CEFET/RJ, com base nas diretrizes e nos requisitos estabelecidos pela NBR 9050 e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. A análise realizada busca oferecer subsídios para o aprimoramento das condições de acessibilidade no âmbito da instituição, com foco no atendimento dos requisitos normativos e nas necessidades das pessoas com deficiência.

Deste modo, foi elaborada a seguinte questão de auditoria:

As estruturas arquitetônicas e urbanísticas do CEFET/RJ estão de acordo com os normativos vigentes, de modo a diminuir as barreiras de acessibilidade para estudantes com deficiência?

A questão foi também desdobrada na seguinte subquestão de auditoria:

- As instalações físicas do CEFET/RJ são acessíveis e adequadas às necessidades de pessoas com deficiência?

Metodologia

A metodologia utilizada na auditoria foi desenvolvida com o objetivo de obter evidências suficientes e apropriadas para embasar as conclusões e recomendações destinadas à Administração da entidade.

Para a definição das unidades que seriam auditadas em 2025 e as que seriam em 2026, os dados foram analisados da seguinte forma:

1. Número de Alunos (Critério de Impacto) - Quanto maior o número de alunos, maior o impacto de eventuais barreiras de acessibilidade. Devem ser priorizadas as unidades com maior número de alunos, pois eventuais falhas afetam mais pessoas.

2. Número de Alunos com Deficiência (Critério de Risco e Urgência) - Unidades com maior número de alunos com deficiência devem ser priorizadas, pois a acessibilidade impacta diretamente esses estudantes.

3. Número de Servidores (Critério de Capacidade de Atendimento) - critério avaliado em conjunto com os demais fatores, mas com preferência a unidades com muitos servidores e alto número de alunos, pois a complexidade tende a ser maior.

4. Distância da Sede (Critério de Logística e Custo) - Unidades mais distantes da sede tendem a ter maior custo logístico e menor frequência de visitas técnicas, o que pode aumentar o risco de não conformidades não detectadas. Definir as unidades de modo a equilibrar os custos logísticos.

A análise utilizou uma metodologia de pontos em que cada unidade recebe uma pontuação de 1 a 5 com base em cada critério (sendo 5 o maior risco ou impacto), como ilustrado na tabela a seguir:

Tabela 1 - Metodologia de pontos para amostragem

Unidade	Distância_km	Matrículas	Servidores	Alunos_com Deficiência	P_Alunos_Def	P_Matricula	P_Distancia	P_Servidores	Nota Final	Ano_Auditoria
Nova Friburgo	159	872	102	15	5	3	5	4	4,35	2025
Maracanã	0	14214	772	98	5	5	1	5	4,2	2025
Itaguaí	69,4	1209	95	15	4	4	3	3	3,65	2025
Nova Iguaçu	42,8	1840	139	14	3	5	2	5	3,6	2025
Petrópolis	66	795	94	13	3	3	3	3	3	2026
Angra dos Reis	203	735	79	12	1	2	5	1	2,05	2026
Valença	155	619	71	10	1	1	4	1	1,6	2026
Maria da Graça	8	621	86	12	2	1	1	2	1,55	2026

Em cada unidade, os ambientes analisados foram salas de aula, laboratórios, banheiros acessíveis, escadas, rampas, plataformas elevatórias, elevadores, auditórios, recepções e locais de atendimento, saídas de emergência, bebedouros, passeio público, embarque, acesso interno, circulação horizontal, bibliotecas, quadras, restaurantes e estacionamentos.

Com relação às salas de aula e aos laboratórios, foi definida uma amostra adotando um nível de confiança de 90% e uma margem de erro de 10%. Os demais ambientes acima mencionados foram analisados em sua completude.

A equação (disponível em <https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/>) utilizada como base para os cálculos da amostra segue abaixo:

$$\text{Tamanho da amostra} = \frac{z^2 \times p(1-p)}{e^2} \div \left(1 + \left(\frac{z^2 \times p(1-p)}{e^2 N} \right) \right)$$

Figura 1 - Fórmula da amostra (Fonte: AUDIN CEFET/RJ)

Onde,

N = tamanho da população.

z = escore z.

e = margem de erro.

p = desvio padrão.

[Uso de amostragem em auditoria e suas aplicações na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil — Instituto Nacional de Tecnologia da Informação](#)

Após a definição das unidades a serem auditadas em 2025 e em 2026, foram adotados os procedimentos indicados a seguir: verificar o diagnóstico situacional; emitir solicitações de auditoria solicitando esclarecimentos; analisar os dados através da Matriz de Riscos e Controles; realizar inspeções *in loco* verificando as condições de acessibilidade; elaborar e aplicar questionários para fins de percepção das condições de acessibilidade por parte dos alunos com deficiência (física, visual e auditiva) e chefias do NAPNE e levantamento de informações; analisar os dados fornecidos; elaborar tabelas e gráficos de análise dos dados; analisar documentos e normativos internos; analisar os dados através de *checklist*; fazer registros dos possíveis achados; preparar as informações do trabalho para o Relatório de Auditoria.

Restrições/limitações

As recomendações consignadas no presente relatório decorrem da análise das conformidades e inconformidades identificadas no curso dos trabalhos de auditoria, realizadas à luz dos critérios aplicáveis. Registra-se, contudo, que o *campus* Petrópolis se encontra submetido a regime de tombamento histórico-arquitetônico, circunstância que impõe restrições legais e técnicas quanto à implementação de determinadas intervenções. Diante desse contexto, competirá ao *campus* apresentar, quando do encaminhamento do plano de providências, alternativas técnicas compatíveis com as limitações decorrentes do referido tombamento, ou, conforme o caso, as devidas justificativas quanto à inviabilidade de adoção das adequações recomendadas. As manifestações apresentadas serão objeto de apreciação pela Auditoria Interna, para fins de análise quanto à sua adequação, razoabilidade e suficiência na mitigação dos riscos apontados.

Quanto ao *campus* Maria da Graça, embora disponha de elevador, o equipamento encontrava-se inoperante no momento da vistoria, o que impossibilitou a realização das medições previstas. No caso do restaurante do referido *campus*, há rampa de acesso; contudo, em virtude de parceria com colégio da rede estadual ali instalado, o trabalho limitou-se à averiguação da área externa, uma vez que o CEFET/RJ não é responsável pelo espaço, pelo mobiliário e pelos equipamentos.

Considerações iniciais

O presente trabalho integra a execução do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT 2026, aprovado pelo Conselho Diretor, e tem por finalidade avaliar a conformidade das estruturas urbanísticas e arquitetônicas do CEFET-RJ com os dispositivos legais e normativos de acessibilidade, de modo a possibilitar o acesso, a circulação segura e o uso autônomo dos espaços por pessoas com deficiência. O escopo definido abrangeu a verificação da adequação dos elementos estruturais, do mobiliário e das condições de acessibilidade existentes nos *campi* Angra dos Reis, Maria da Graça, Petrópolis e Valença, considerando os requisitos estabelecidos pela legislação vigente e pelas normas técnicas aplicáveis.

Durante a execução dos procedimentos, buscou-se obter evidências suficientes e adequadas que permitissem verificar o grau de conformidade das estruturas urbanísticas e arquitetônicas, bem como do mobiliário e dos elementos de circulação, em relação aos requisitos estabelecidos pela legislação e pelos normativos de acessibilidade vigentes, de modo a subsidiar a avaliação das condições de acesso, circulação e uso dos espaços institucionais por pessoas com deficiência.

RESULTADOS DOS EXAMES

1. Ausência de Mobiliário, Equipamentos Adaptados e Espaços de Circulação Acessíveis

Contextualização

A acessibilidade aos ambientes institucionais pressupõe que todos os ambientes estejam equipados com mobiliário, equipamentos e espaços de circulação planejados de acordo com padrões técnicos, assegurando que pessoas com deficiência possam utilizar plenamente e com autonomia os espaços ofertados. Contudo, a ausência desses elementos compromete a funcionalidade dos ambientes, gera barreiras físicas e impede que a instituição ofereça condições adequadas de inclusão e participação.

Condição

Ausência de mobiliário e equipamentos adaptados e espaço físico para circulação de pessoas com deficiência.

Angra dos Reis: utilização de mobiliário sem características de acessibilidade, nas salas e nos laboratórios e ausência de espaço de circulação.

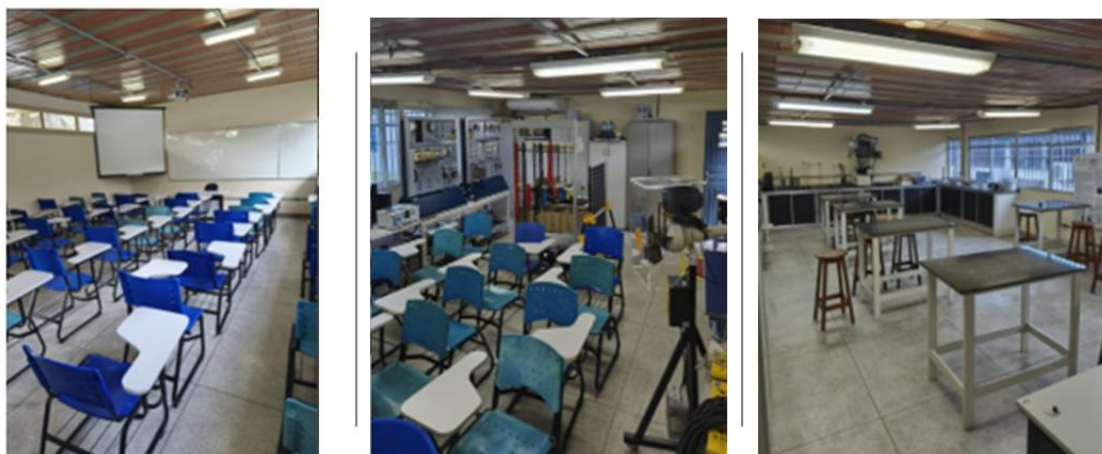


Figura 2 - Mobiliário Angra dos Reis

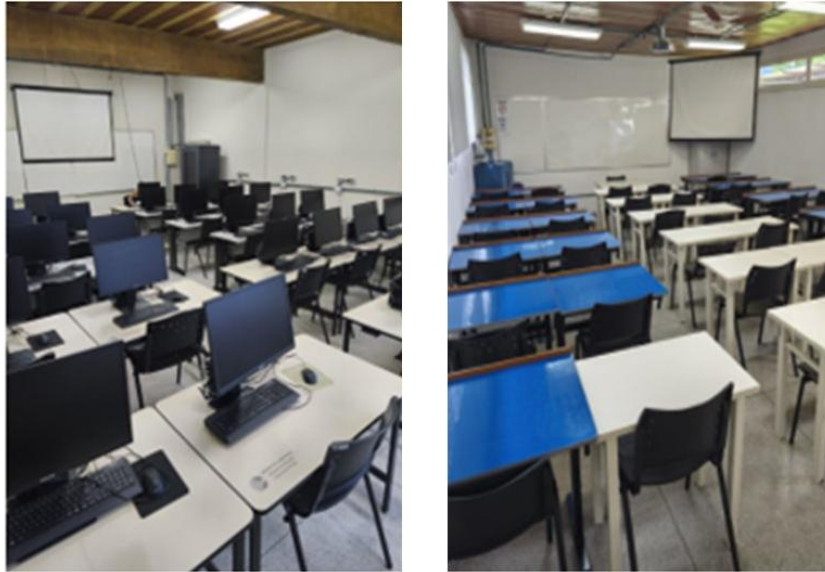


Figura 3 – Laboratório e sala sem espaço de circulação e com mobiliário inacessível

Mariada Graça: ausência de maçaneta tipo alavanca, de espaço para circulação e mobiliário sem atendimento aos requisitos de acessibilidade.



Figura 4 - Maçaneta e mobiliário Maria da Graça

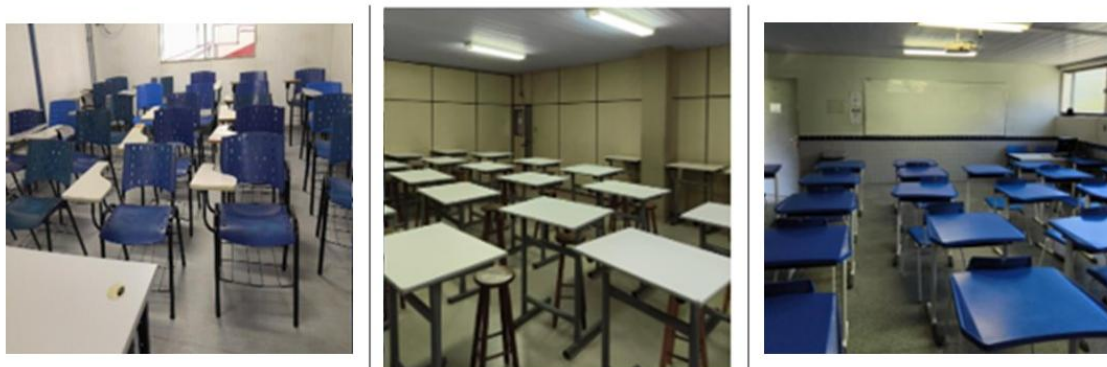


Figura 5 – Salas e laboratório sem espaço de circulação e sem mobiliário adequado

Petrópolis: ausência de maçaneta tipo alavanca, de espaço para circulação e mobiliário sem atendimento aos requisitos de acessibilidade.



Figura 6 - Maçaneta e mobiliário Petrópolis

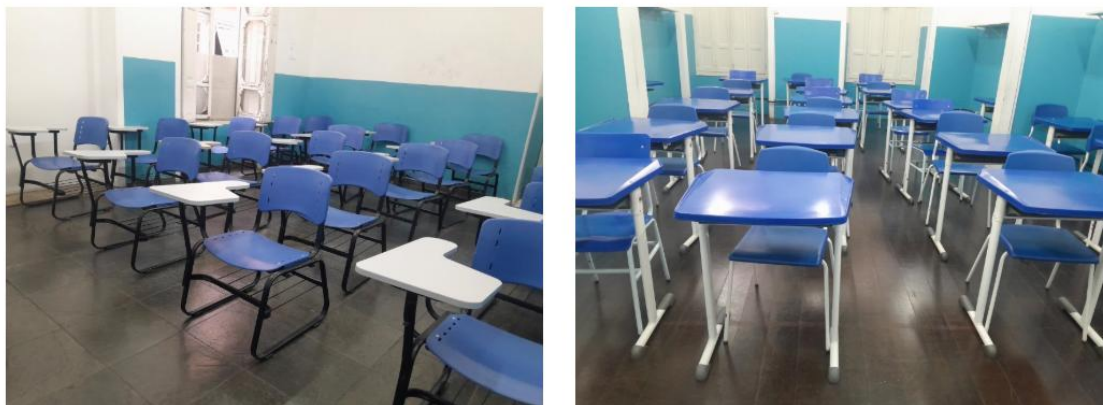


Figura 7 – Salas sem espaço de circulação e sem mobiliário adequado

Valença: ausência de maçaneta tipo alavanca, de espaço para circulação e mobiliário sem atendimento aos requisitos de acessibilidade.

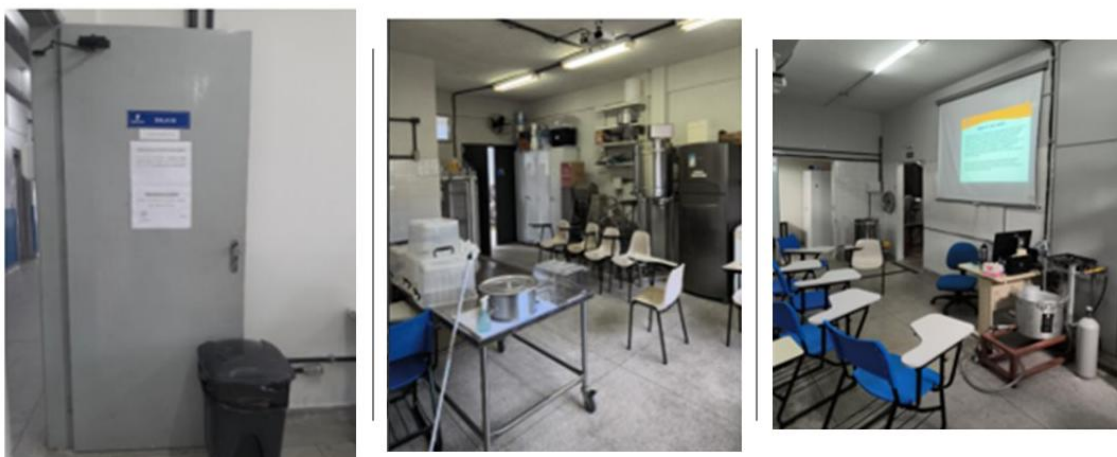


Figura 8 - Maçaneta e mobiliário Valença



Figura 9 – Salas sem espaço de circulação e sem mobiliário adequado

Critério

Mobiliário, equipamentos e espaço de circulação compatíveis com a NBR 9050 e os demais normativos sobre acessibilidade.

Causa

Realização de compras de bens sem atendimento ao normativo sobre acessibilidade.

Ausência de inclusão das necessidades das pessoas portadoras de deficiência nas contratações públicas.

Consequência

Barreiras ao acesso e pleno uso dos espaços ofertados pelo CEFET-RJ.

Descumprimento do normativo vigente.

Conclusão

As evidências analisadas demonstram que a inexistência de mobiliário, equipamentos adaptados e espaços de circulação adequados compromete o atendimento aos parâmetros técnicos estabelecidos pela NBR 9050 e pelos demais normativos de acessibilidade no âmbito do CEFET/RJ. A não observância desses requisitos nos processos de planejamento, aquisição de bens e organização dos ambientes institucionais resulta na permanência de barreiras físicas que restringem a autonomia, a segurança e o uso pleno dos espaços por pessoas com deficiência. Tal cenário evidencia o descumprimento das disposições legais vigentes e indica a necessidade de adoção de medidas estruturantes para a promoção efetiva da acessibilidade e da inclusão institucional.

2. Barreiras de Acesso Físico aos Ambientes Utilizados pelos Alunos do CEFET-RJ

Contextualização

O acesso físico adequado aos ambientes do CEFET-RJ é essencial para garantir que pessoas com deficiência possam ingressar e circular nos referidos ambientes com segurança e autonomia, em conformidade com a NBR 9050 e as demais normas aplicáveis. A observação *in loco* evidenciou a existência de barreiras arquitetônicas nas entradas de determinados ambientes como salas de aula, laboratórios, bibliotecas e restaurante, indicando que as condições atuais não atendem aos parâmetros técnicos exigidos e comprometem o uso pleno dos espaços, além de fragilizar a promoção de um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Condição

Acesso físico inadequado aos ambientes utilizados pelos alunos (como salas de aula, laboratórios, bibliotecas e restaurante). Verifica-se que, embora a maioria dos ambientes atenda aos parâmetros avaliados, persistem não conformidades específicas em cada *campus*.

Angra dos Reis: observa-se que algumas entradas de salas possuem obstáculos com desníveis superiores aos limites estabelecidos nas normas de acessibilidade.

Maria da Graça: verificam-se barreiras físicas que comprometem a circulação, especialmente no acesso à biblioteca e à entrada do Bloco G.

Petrópolis: constatam-se obstáculos relacionados à presença de escadas, notadamente no acesso aos blocos D e E e à biblioteca, sem evidência de rotas acessíveis alternativas.

Valença: identifica-se desnível nas entradas e no acesso ao restaurante, bem como limitação de espaço para circulação entre as mesas.



Figura 10 - Obstáculos na entrada das salas de aula (Angra dos Reis)



Figura 11 - Entrada Bloco G e biblioteca com degraus (Maria da Graça)



Figura 12 - Degráus no acesso aos blocos D e E e no acesso à biblioteca (Petrópolis)



Figura 13 – Obstáculos nas entradas e no acesso ao restaurante (Valença)

Critério

Acesso aos ambientes utilizados pelos alunos (salas de aula, laboratórios, bibliotecas e restaurante) em atendimento à NBR 9050 e aos demais normativos de acessibilidade.

Causa

Inobservância dos critérios definidos na NBR 9050 e nos demais normativos técnicos e legais sobre acessibilidade.

Consequência

Dificuldades no acesso aos ambientes utilizados pelos alunos do CEFET-RJ.

Descumprimento do normativo vigente.

Conclusão

As evidências coletadas indicam que, embora haja conformidade em diversos aspectos avaliados, o acesso físico às dependências do CEFET/RJ ainda apresenta inadequações relevantes em relação aos requisitos estabelecidos pela NBR 9050 e pelos demais normativos de acessibilidade. As não conformidades identificadas comprometem a circulação segura e autônoma de pessoas com deficiência. Tais barreiras restringem o uso pleno das instalações institucionais, evidenciando a necessidade de adoção de medidas corretivas e de adequação às normas vigentes, de modo a garantir condições efetivas de acessibilidade e inclusão.

3. Inadequação na Sinalização dos Estacionamentos

Contextualização

A adequação dos estacionamentos institucionais às normas de acessibilidade pressupõe a existência de vagas reservadas, devidamente sinalizadas, que assegurem o pleno uso por pessoas com deficiência e idosos, em conformidade com a Lei nº 10.741, a Lei nº 13.146 e a NBR 9050. A observação *in loco* evidenciou a ausência de sinalização de reserva de vagas, configurando desconformidade com a legislação.

Condição

Ausência de sinalização de reserva de vagas para pessoas com deficiência e idosos.

Maria da Graça: não há vagas reservadas devidamente sinalizadas para PCDs e idosos.



Figura 14 - Estacionamento Maria da Graça sem reserva de vagas para idosos e PCDs

Valença: não há vagas reservadas devidamente sinalizadas para PCDs e idosos.



Figura 15 – Estacionamento Valença sem reserva de vagas para idosos e PCDs

Angra dos Reis: estacionamento sem desconformidades.

Petrópolis: não há estacionamento.

Critério

Estacionamento dos *campi* com vagas reservadas para idosos e PCDs conforme Lei 10.741, Lei 13.146 e NBR 9050.

Causa

Descumprimento dos requisitos previstos na NBR 9050 e na legislação correlata sobre acessibilidade.

Consequência

Dificuldade no acesso de pessoas com deficiência e idosos às dependências da instituição.

Descumprimento do normativo vigente.

Conclusão

As evidências apuradas demonstram que, em parte dos *campi* do CEFET-RJ, os estacionamentos não atendem integralmente às exigências estabelecidas na NBR 9050 e nos demais normativos, em razão da ausência de sinalização adequada de vagas reservadas. Essas inadequações configuram barreiras físicas que dificultam o acesso seguro e autônomo de pessoas com deficiência e idosos às dependências institucionais, caracterizando o descumprimento dos normativos vigentes e indicando a necessidade de adoção de medidas para a regularização e padronização das condições de acessibilidade nos estacionamentos.

4. Ausência de Sinalização e de Acessibilidade ao Palco nos Auditórios

Contextualização

A acessibilidade nos auditórios institucionais requer a existência de espaços reservados para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida devidamente sinalizados, assim como a disponibilização de meios que possibilitem o acesso ao palco, conforme os normativos vigentes. A observação *in loco* evidenciou a ausência de sinalização dos espaços destinados a esse público e a inexistência de recursos acessíveis ao palco nos auditórios auditados do CEFET/RJ.

Condição

Ausência de reserva de assentos para PCDs e/ou de sinalização dos espaços reservados para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e de meios acessíveis ao palco nos auditórios do CEFET-RJ. De modo geral, observa-se que os *campi* apresentam baixo nível de conformidade quanto à acessibilidade em auditórios, especialmente no que se refere à ausência ou inadequação de espaços reservados, falta de sinalização para pessoas com deficiência, inexistência de assentos companheiros, deficiência na identificação das cadeiras destinadas a PCDs e pessoas obesas, inadequação dimensional dessas cadeiras, além da ausência de recursos de acessibilidade, como piso tátil e rotas acessíveis ao palco.

Angra dos Reis: ausência de sinalização dos espaços e das cadeiras reservadas para PCDs; ausência de assento companheiro para PCDs; ausência de cadeira para obesos; e ausência de piso tátil de alerta junto aos desníveis na circulação da plateia.



Figura 16 - Auditório Angra dos Reis

Maria da Graça: o auditório do bloco F não possui assentos adequados, somente carteiras escolares. Já o auditório do Térreo possui espaço reservado para PCDs, sem identificação, e o acesso ao palco é somente por escada (não há rampa de acesso).

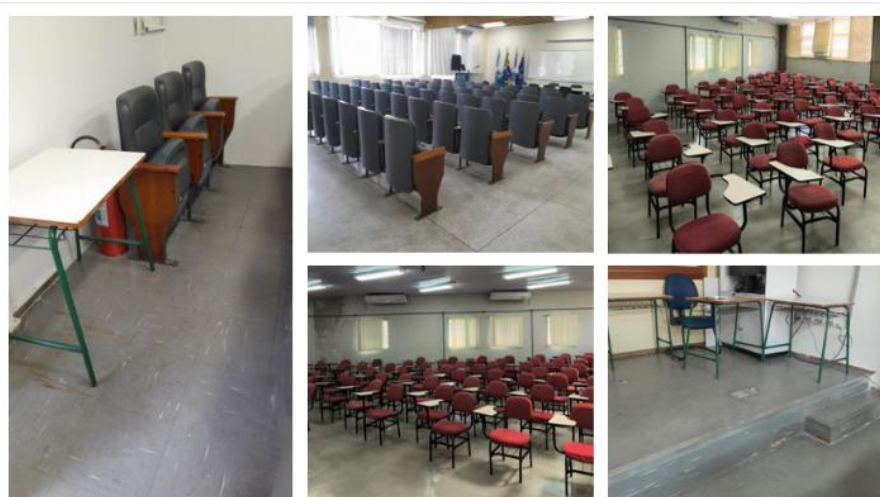


Figura 17 - Auditórios Maria da Graça

Petrópolis: assentos reservados sem sinalização; ausência de assento companheiro; ausência de identificação das cadeiras; ausência de piso tátil e de cadeira para obeso (somente um sofá compatível com os padrões do normativo de acessibilidade, que pode ser reservado, sinalizado e utilizado por pessoas obesas).



Figura 18 - Auditório Petrópolis

Valença: ausência de espaços reservados para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida; ausência de assento companheiro; ausência de cadeira para pessoa obesa; e acesso ao palco somente por escada ou por rota alternativa (rampa) sem espaço suficiente para manobra de uma cadeira de rodas.



Figura 19 - Auditório Valença

Critério

Espaços reservados às pessoas com deficiência e obesas devidamente sinalizados e pleno acesso aos palcos dos auditórios conforme normativo vigente.

Causa

Não atendimento dos critérios definidos na NBR 9050 e nos demais normativos sobre acessibilidade.

Consequência

Dificuldade de identificação de espaço exclusivo para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Barreiras à realização de apresentações e de pleno acesso a todas as dependências dos espaços reservados a eventos.

Descumprimento do normativo vigente.

Conclusão

As evidências coletadas indicam que os auditórios do CEFET-RJ não atendem de forma satisfatória aos requisitos de acessibilidade previstos nos normativos vigentes, em razão da ausência de sinalização adequada dos espaços reservados para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, bem como da inexistência de meios acessíveis ao palco. Tais inadequações configuram barreiras físicas e informacionais que comprometem a identificação, a utilização autônoma e o pleno aproveitamento dos ambientes destinados a eventos, além de limitar a participação equitativa desse público, caracterizando o descumprimento das normas aplicáveis.

5. Inadequação na Sinalização de Bebedouros Acessíveis e Altura Incompatível com os Padrões Técnicos

Contextualização

A disponibilização de bebedouros acessíveis e devidamente sinalizados, conforme a NBR 9050, é necessária para assegurar o uso adequado das instalações por pessoas com deficiência. A observação *in loco* evidenciou a inexistência ou inadequação da sinalização dos bebedouros destinados a esse público, assim como a altura dos bocais fora do padrão, o que dificulta sua identificação e utilização, caracteriza barreira ao acesso e configura descumprimento das normas de acessibilidade vigentes.

Condição

Ausência de identificação dos bebedouros acessíveis e altura incompatível com os padrões técnicos.

Angra dos Reis: altura dos bebedouros fora do padrão e ausência de sinalização dos bebedouros acessíveis.

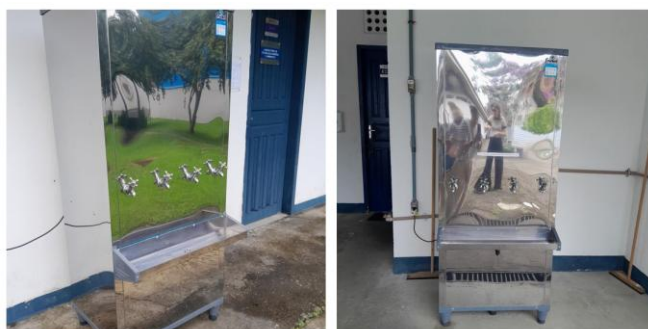


Figura 20 - Bebedouros Angra dos Reis

Maria da Graça: altura dos bebedouros fora do padrão e ausência de sinalização dos bebedouros acessíveis.



Figura 21 - Bebedouros Maria da Graça

Petrópolis: altura dos bebedouros fora do padrão e ausência de sinalização dos bebedouros acessíveis.



Figura 22 - Bebedouros Petrópolis

Valença: não há desconformidades.

Critério

Bebedouros reservados às pessoas com deficiência devidamente sinalizados e adequados conforme normativo vigente (NBR 9050).

Causa

Inobservância dos critérios estabelecidos pela NBR 9050 e pelos demais normativos aplicáveis à acessibilidade.

Consequência

Dificuldade no acesso de pessoas com deficiência aos bebedouros.

Descumprimento do normativo vigente.

Conclusão

As evidências obtidas indicam que os bebedouros destinados às pessoas com deficiência, nos *campi* avaliados do CEFET-RJ, não atendem integralmente aos requisitos estabelecidos pela NBR 9050, em razão da ausência ou inadequação da sinalização e da altura incompatível com os padrões técnicos. Essas inadequações dificultam a identificação e o uso autônomo dos equipamentos, configurando barreiras ao acesso e caracterizando o descumprimento das normas de acessibilidade vigentes.

6. Barreiras de Acesso aos Locais de Atendimento ao Aluno

Contextualização

O acesso aos locais de atendimento ao aluno é requisito para assegurar igualdade de condições no uso dos serviços institucionais, em conformidade com as diretrizes estabelecidas nos normativos de acessibilidade. A observação *in loco* evidenciou a existência de barreiras físicas nesses ambientes, decorrentes da ausência de intervenções e obras de adequação, o que limita o acesso de estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida e fragiliza a oferta de atendimento em condições equitativas.

Condição

Barreiras de acesso aos locais de atendimento ao aluno.

Angra dos Reis: existência de obstáculo na entrada do NAPNE e de degrau na entrada da Seção de Articulação Pedagógica (SAPED); e balcão com altura inadequada ao atendimento de alunos PCDs na Seção de Registros Acadêmicos (SAPED).



Figura 23 - NAPNE, SAPED e SERAC Angra dos Reis

Maria da Graça: NAPNE com acesso apenas por escada e balcão de atendimento com altura inadequada na SERAC.



Figura 24 – NAPNE e SERAC Maria da Graça

Petrópolis: existência de degrau no acesso ao NAPNE.



Figura 25 - NAPNE Petrópolis

Valença: presença de degrau na entrada, altura inadequada e obstáculo no balcão de atendimento da SERAC.



Figura 26 – SERAC Valença

Critério

Pleno acesso de todos os estudantes aos espaços de atendimento conforme diretrizes do normativo de acessibilidade.

Causa

Descumprimento dos requisitos previstos na NBR 9050 e na legislação correlata sobre acessibilidade.

Consequência

Dificuldades no atendimento às necessidades dos alunos com deficiência e mobilidade reduzida.

Descumprimento do normativo vigente.

Conclusão

As evidências levantadas indicam que os locais de atendimento ao aluno, nos *campi* avaliados do CEFET/RJ, não atendem integralmente às diretrizes estabelecidas nos normativos de acessibilidade, em razão da inexistência de obras e adequações necessárias à eliminação de barreiras físicas. As condições identificadas comprometem o acesso seguro e autônomo de estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, limitam a oferta de atendimento em condições equitativas e caracterizam o descumprimento das normas vigentes.

7. Ausência de Piso Tátil e Mapas Táteis nos *Campi* do CEFET/RJ

Contextualização

A adoção de piso tátil e de mapas táteis é medida necessária para orientar a circulação e favorecer a autonomia de pessoas com deficiência visual nos ambientes institucionais. A observação *in loco* evidenciou a ausência desses recursos nos *campi* auditados do CEFET/RJ, indicando que os espaços não dispõem de elementos adequados para orientação e deslocamento desse público.

Condição

Ausência de piso e mapa tátil nos *campi* do CEFET-RJ. Todos os itens avaliados encontram-se em situação de 100% de não conformidade, evidenciando a ausência de atendimento aos critérios de acessibilidade adotados na avaliação.



Figura 27 - Ausência de piso tátil nas unidades de Angra dos Reis, Maria da Graça, Petrópolis e Valença

Critério

Piso e mapa tátil em todos os prédios do CEFET-RJ.

Causa

Não atendimento dos critérios definidos na NBR 9050 e nos demais normativos sobre acessibilidade.

Consequência

Comprometimento do pleno acesso aos espaços do CEFET-RJ por pessoas com deficiência visual.

Conclusão

A observação *in loco* nos *campi* auditados evidenciou a inexistência de piso e mapa tátil, o que compromete a orientação, a autonomia e a segurança das pessoas com deficiência visual no deslocamento pelos espaços institucionais, caracterizando o não atendimento aos requisitos de acessibilidade estabelecidos.

8. Não Conformidade dos Banheiros Acessíveis com as Normas de Acessibilidade

Contextualização

A adequação dos banheiros acessíveis às normas de acessibilidade é necessária para assegurar o uso autônomo, seguro e adequado por pessoas com deficiência, conforme os parâmetros estabelecidos na NBR 9050. A observação *in loco* evidenciou que, nos espaços avaliados, os banheiros acessíveis apresentam não conformidades em relação aos requisitos normativos, decorrentes de intervenções físicas e processos de contratação realizados sem a devida observância das regras de acessibilidade, bem como da ausência de ações sistemáticas de fiscalização e adequação das instalações.

Condição

Não conformidade dos banheiros acessíveis com os normativos de acessibilidade. Verificam-se não conformidades nos banheiros acessíveis em todos os *campi* analisados, com particularidades em cada *campus*.

Angra dos Reis: barras de apoio com altura e largura desconformes e mecanismo de acionamento da válvula de descarga fora do padrão.



Figura 28 - Banheiro Angra dos Reis

Maria da Graça: cabine fora do tamanho padrão, barras de apoio com altura e largura desconformes e mecanismo de acionamento da descarga fora do padrão.



Figura 29 - Banheiros Maria da Graça

Petrópolis: cabine fora do tamanho padrão, barras de apoio com altura e largura desconformes e altura e mecanismo de acionamento da descarga fora do padrão.

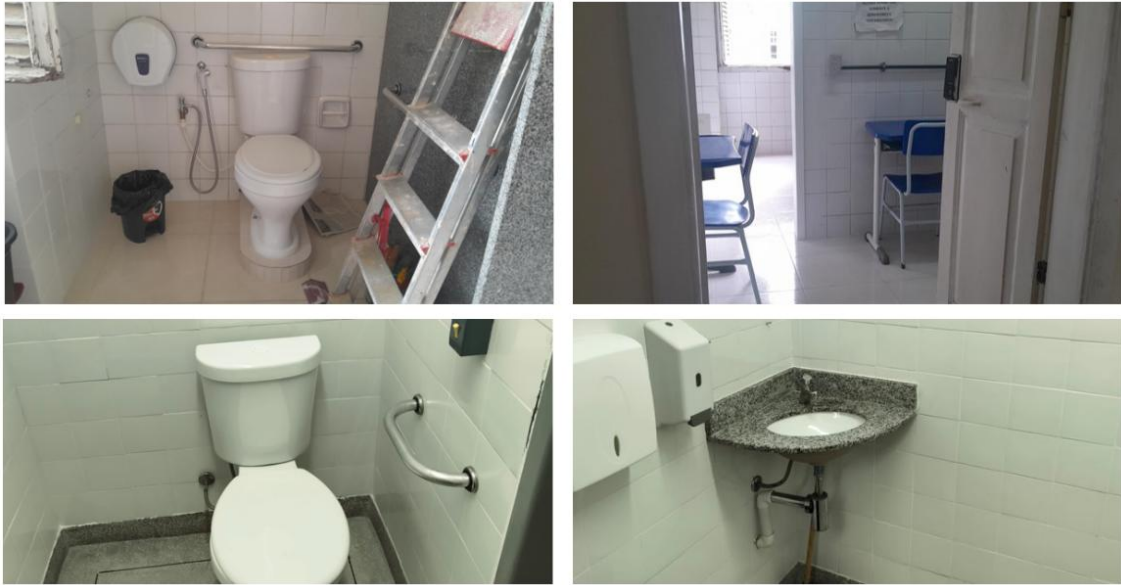


Figura 30 - Banheiros Petrópolis

Valença: barras de apoio com altura e largura desconformes e altura e mecanismo de acionamento da descarga fora do padrão.



Figura 31 - Banheiros Valença

Critério

Banheiros acessíveis de acordo com o disposto na NBR 9050.

Causa

Realização de obras e licitações sem atendimento ao normativo vigente.

Ausência de obras e compras de bens para fins de adequação às regras de acessibilidade.

Inobservância dos critérios estabelecidos pela NBR 9050 e pelos demais normativos aplicáveis à acessibilidade.

Consequência

Impossibilidade de utilização dos banheiros por pessoas com deficiência de forma autônoma.

Conclusão

A observação *in loco* evidenciou que os banheiros acessíveis não atendem integralmente aos requisitos estabelecidos na NBR 9050, em razão de inadequações decorrentes de obras, licitações e aquisições realizadas sem observância aos normativos de acessibilidade. Essa situação compromete a utilização autônoma desses sanitários por pessoas com deficiência e caracteriza o descumprimento das normas vigentes.

RECOMENDAÇÕES

Gerência Administrativa (GERAD) - *Campi*: Angra dos Reis, Maria da Graça, Petrópolis e Valença

1 – Disponibilizar mobiliário adaptado (mesas, cadeiras, computadores).

Achado n° 1

GERAD - *Campi*: Angra dos Reis, Maria da Graça, Petrópolis e Valença

2 – Adequar o acesso aos ambientes utilizados pelos alunos, conforme o caso, de acordo com as normas de acessibilidade.

Achado n° 2

GERAD - *Campi*: Maria da Graça e Valença

3 - Reservar e sinalizar, no mínimo, 2% das vagas para pessoas com deficiência e idosos.

Achado n° 3

GERAD - *Campi*: Angra dos Reis, Maria da Graça, Petrópolis e Valença

4 – Reservar e sinalizar cadeiras destinadas a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e adequar os espaços destinados a eventos ao normativo vigente.

Achado n° 4

GERAD - *Campi*: Angra dos Reis, Maria da Graça e Petrópolis

5 – Sinalizar os bebedouros acessíveis.

Achado n° 5

Direção dos *Campi* Angra dos Reis, Maria da Graça, Petrópolis e Valença

6 – Implementar mecanismos que facilitem o acesso aos locais de atendimento ao aluno (especialmente recepções, SERACs, SAPEDs e NAPNEs) de acordo com as diretrizes da norma de acessibilidade.

Achado n° 6

GERAD - *Campi*: Angra dos Reis, Maria da Graça, Petrópolis e Valença

7 – Implementar piso e mapa tátil nas unidades do CEFET-RJ.

Achado n° 7

GERAD - *Campi*: Angra dos Reis, Maria da Graça, Petrópolis e Valença

8 - Promover a adequação dos banheiros acessíveis aos normativos de acessibilidade de modo a garantir o pleno uso pelas pessoas com deficiência.

Achado n° 8

SUGESTÕES DE MELHORIA

GERAD - *Campi*: Angra dos Reis, Maria da Graça e Petrópolis

1 – Adequar os bebedouros às exigências da NBR 9050, ajustando a altura, garantindo área livre para uso de pessoas com deficiência.

Achado n° 5

GERAD - *Campi*: Angra dos Reis, Maria da Graça, Petrópolis e Valença

2 - Adequar o layout das salas de aula e dos laboratórios conforme as normas de acessibilidade vigentes.

Achado n° 1

GERAD - *Campus* Maria da Graça

3 – Consertar/realizar manutenção no elevador de modo que o mesmo volte a operar.

Achado n° 2

BOAS PRÁTICAS

Angra dos Reis

- Estacionamento: as vagas destinadas a idosos e pessoas com deficiência foram devidamente sinalizadas e reservadas, de acordo com o normativo vigente.

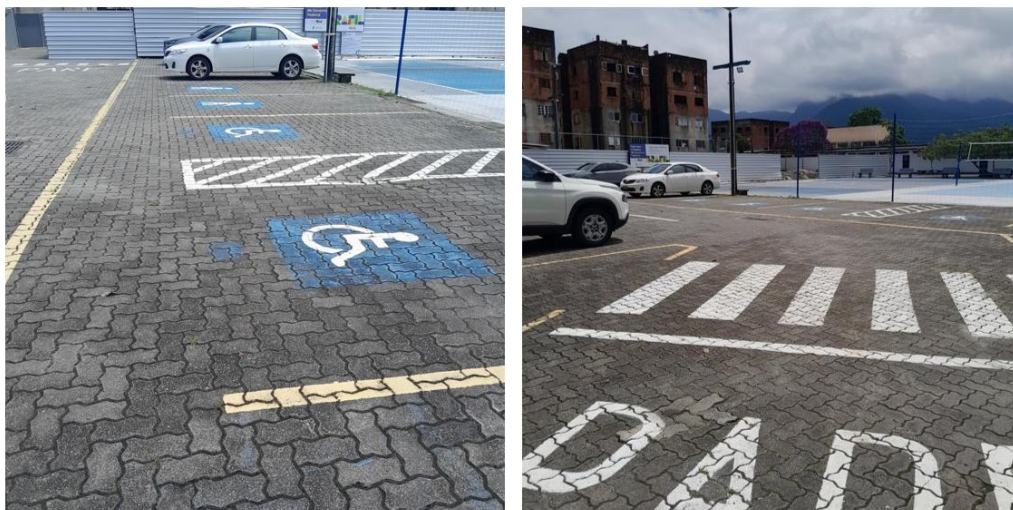


Figura 32 - Estacionamento com vagas para PCDs e Idosos

- Placas informativas em braile: foram identificadas placas informativas em braile, o que é essencial para que pessoas com deficiência visual possam se deslocar de forma autônoma.

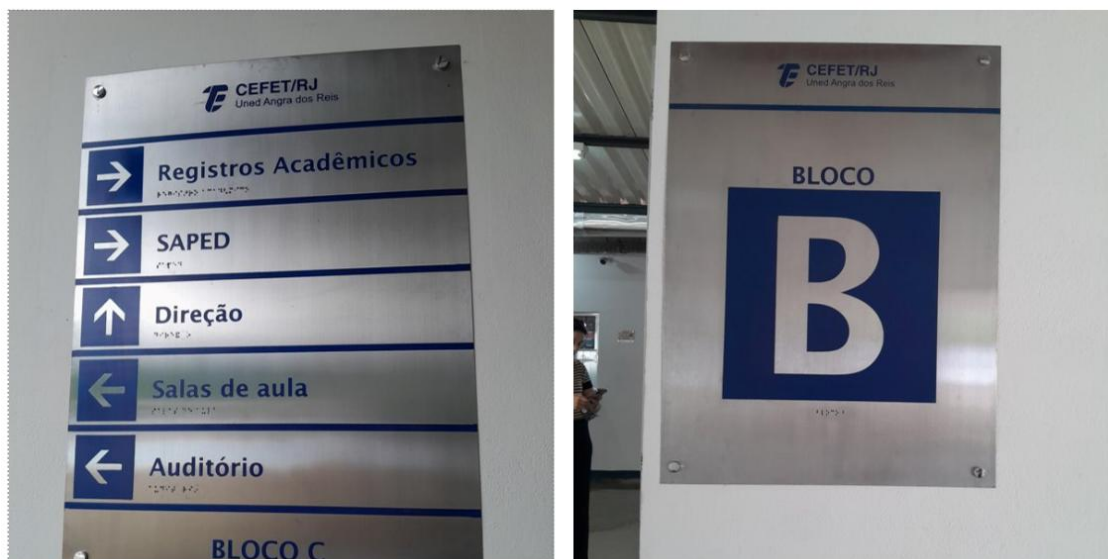


Figura 33 - Painel informativo em braile

- NAPNE: espaço estruturado com materiais e mobiliários para atender diversos tipos de demanda de alunos com deficiência.



Figura 34 – NAPNE Angra dos Reis

Maria da Graça

Piso tátil: verificou-se a presença de piso tátil nos acessos do restaurante e do elevador.



Figura 35 - Piso tátil restaurante e elevador (Maria da Graça)

Petrópolis

- Plataforma elevatória: plataforma elevatória dentro do padrão normativo vigente.



Figura 36 – Plataforma elevatória dentro do padrão

- Placas informativas em braile: foram identificadas placas informativas em braile, o que é essencial para que pessoas com deficiência visual possam se deslocar de forma autônoma.



Figura 37 – Painéis em braile

Valença

- Bebedouro acessível e sinalizado: os bebedouros acessíveis do *campus* estavam devidamente sinalizados, conforme exigência normativa.



Figura 38 – Bebedouro sinalizado

CONCLUSÃO

A avaliação conduzida pela Auditoria Interna teve por objetivo examinar a conformidade das estruturas urbanísticas e arquitetônicas do CEFET/RJ com os dispositivos legais e normativos de acessibilidade, considerando as condições de acesso, circulação e utilização dos espaços por pessoas com deficiência. As análises realizadas permitiram responder às questões de auditoria propostas e evidenciaram fragilidades relevantes no atendimento aos requisitos legais aplicáveis.

Nesse contexto, foram identificadas as seguintes fragilidades: ausência de mobiliário, equipamentos adaptados e espaços de circulação acessíveis; barreiras de acesso físico aos ambientes utilizados pelos alunos do CEFET-RJ; inadequações na sinalização dos estacionamentos; ausência de sinalização e de acessibilidade ao palco nos auditórios; inadequação na sinalização de bebedouros acessíveis e altura incompatível com os padrões técnicos; barreiras de acesso aos locais de atendimento ao aluno; ausência de piso e mapas táteis nos *campi*; e não conformidade dos banheiros acessíveis com as normas vigentes.

A despeito das fragilidades apontadas, a auditoria identificou a adoção de algumas boas práticas pontuais, tais como a disponibilização de vagas reservadas para idosos e pessoas com deficiência no estacionamento do *campus* Angra dos Reis e NAPNE equipado com mobiliário acessível no referido *campus*; plataforma elevatória em conformidade com os padrões técnicos e painéis em braile no *campus* Petrópolis; bebedouros acessíveis devidamente sinalizados e padronizados conforme o normativo vigente no *campus* Valença; e presença de piso tátil nos acessos do restaurante e do elevador do *campus* Maria da Graça. Tais iniciativas evidenciam esforços localizados no sentido de promover medidas de acessibilidade, ainda que de forma não sistematizada.

Dessa forma, conclui-se que o nível geral de maturidade dos controles relacionados à conformidade das estruturas urbanísticas e arquitetônicas do CEFET/RJ com os dispositivos legais de acessibilidade encontra-se em estágio intermediário, considerando a existência de princípios e padrões documentados sobre controles internos.

Este relatório consolida os principais achados, análises e recomendações, com o propósito de subsidiar a alta gestão na tomada de decisões estratégicas e no fortalecimento das ações institucionais voltadas à promoção da acessibilidade, de modo a assegurar não apenas o atendimento à legislação vigente, mas também o livre acesso, a inclusão e o respeito às pessoas com deficiência no ambiente educacional, favorecendo seu pleno desenvolvimento e a construção do conhecimento.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO:

Alessandra de Gouvea Imbroisi

Priscila Vargas Pereira

Rafael Raymundo de Santana

De acordo:

Sheila da Silva Carvalho Santos

ANEXOS

I – RELATO DE INSPEÇÃO – GERAL

As inspeções foram realizadas nos seguintes *campi*: Angra dos Reis, Maria da Graça, Petrópolis e Valença, nos meses de fevereiro e março. Os ambientes avaliados foram: salas, laboratórios, banheiros, escadas, plataformas elevatórias, elevadores, rampas, auditórios, recepções, bebedouros, passeio público e calçadas, embarque, acesso interno, biblioteca, quadras, restaurantes e refeitórios e estacionamentos.

As inspeções foram iniciadas por volta das 10h30 e finalizadas aproximadamente às 15h. As inspeções foram realizadas pela equipe completa da AUDIN (2 administradores, a chefe da Auditoria e 1 assistente em administração) em todos os *campi* e contou com auxílio dos servidores das Subprefeituras e Gerências Administrativas nas unidades.

Em Angra dos Reis, as inspeções ocorreram no dia 24/02/2026 (terça-feira), iniciando por volta das 11h. A AUDIN foi recebida e acompanhada pelo diretor e pelos representantes da Gerência Administrativa.

Em Maria da Graça, as inspeções ocorreram no dia 05/03/2026 (quinta-feira), iniciando por volta das 9h30. A AUDIN foi recebida e acompanhada pelos servidores da Subprefeitura e chefia do NAPNE durante a inspeção.

Em Petrópolis, as inspeções ocorreram no dia 10/03/2026 (terça-feira), iniciando por volta das 10h30. A AUDIN foi recebida e acompanhada pelos servidores da Gerência Administrativa e Subprefeitura.

Em Valença, as inspeções ocorreram no dia 03/03/2026 (terça-feira), iniciando por volta das 10h30. A AUDIN foi recebida e acompanhada pelos servidores da Gerência Administrativa e chefia do NAPNE durante a inspeção.

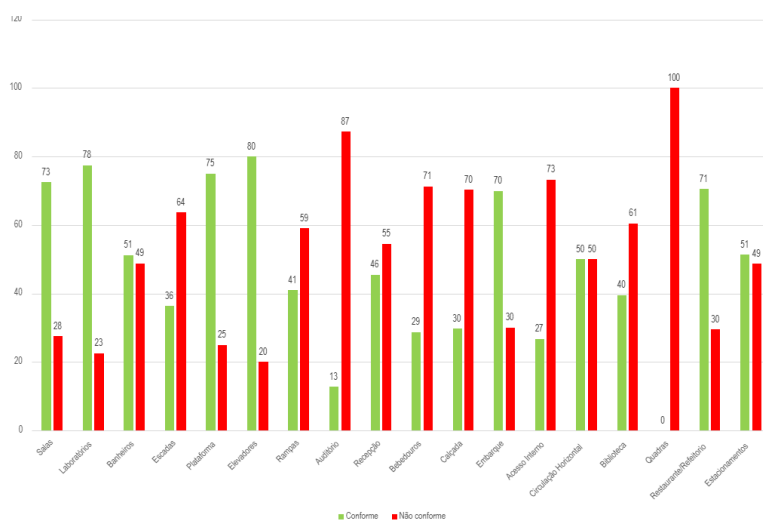


Figura 39: Gráfico geral dos *campi*: Angra dos Reis, Maria da Graça, Petrópolis e Valença

Analisando a Figura 39, nota-se que os ambientes com maiores desconformidades foram: quadras, auditórios, acesso interno, bebedouros e calçadas. Os 10 ambientes com maiores desconformidades estão elencados na Figura 40.

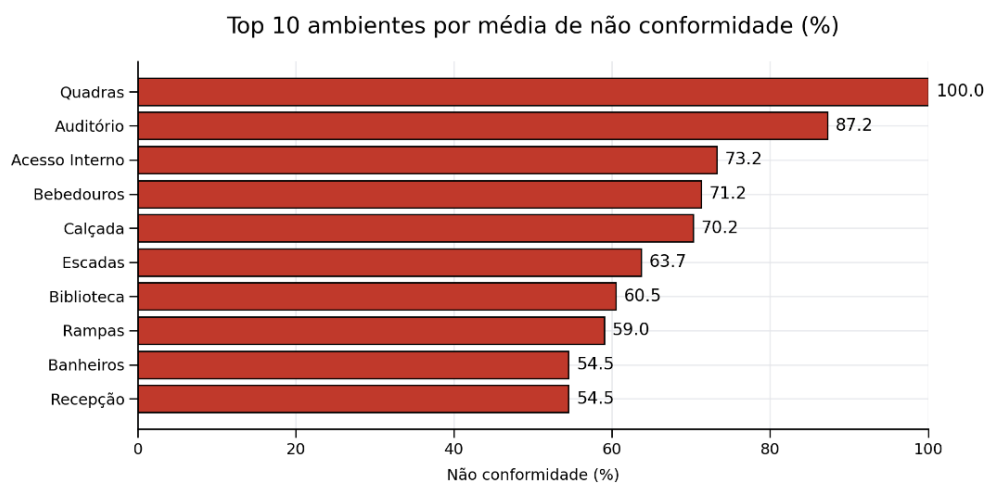


Figura 40 - Top 10 ambientes com não conformidades

II – RELATO DE INSPEÇÃO POR AMBIENTE

A seguir, são apresentados os resultados das inspeções realizadas, organizados por tipo de ambiente, com o objetivo de detalhar as condições de acessibilidade observadas nos diferentes espaços avaliados.

As análises contemplam a verificação de itens estruturais, de mobiliário, de sinalização e de circulação, permitindo a identificação das principais não conformidades. Para cada ambiente, são destacados os aspectos mais relevantes e os percentuais de atendimento aos requisitos de acessibilidade, de forma a oferecer uma visão ampla e comparativa entre as unidades inspecionadas.

SALAS DE AULA:

Nas salas de aula (Figura 41), foram avaliados alguns itens essenciais como: altura e largura das portas, altura e tipo da maçaneta, sinalização visual das portas, layout, tipo de piso e mobiliário.

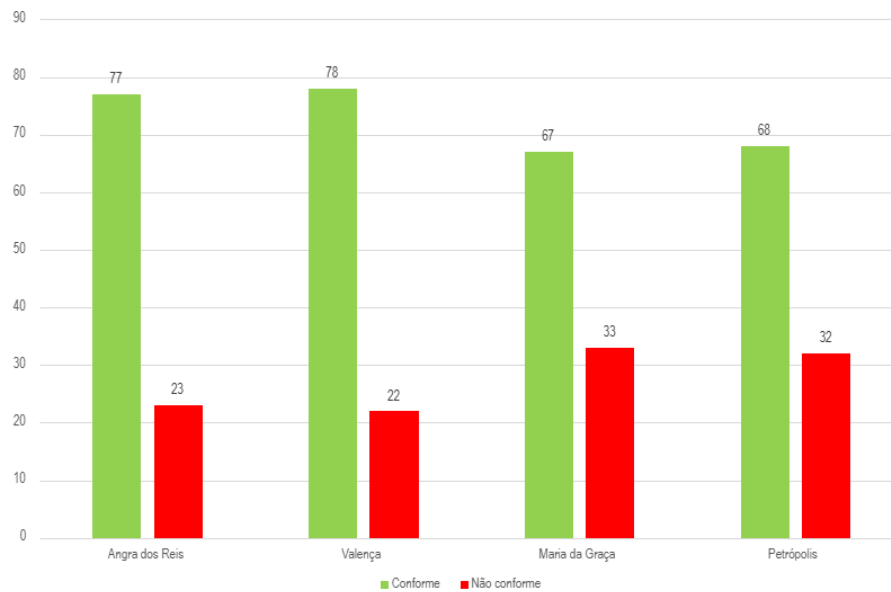


Figura 41 - Salas de aula

Nota-se que a maioria das salas estiveram dentro dos parâmetros avaliados. Destaca-se, dentro das não conformidades, a ausência de mobiliários adequados para pessoas com deficiência. Seguem abaixo os destaques de cada unidade.

- **Angra dos Reis:** mobiliário sem acessibilidade.



Figura 42 - Salas de aula em Angra dos Reis

- **Maria da Graça:** mobiliário sem acessibilidade.

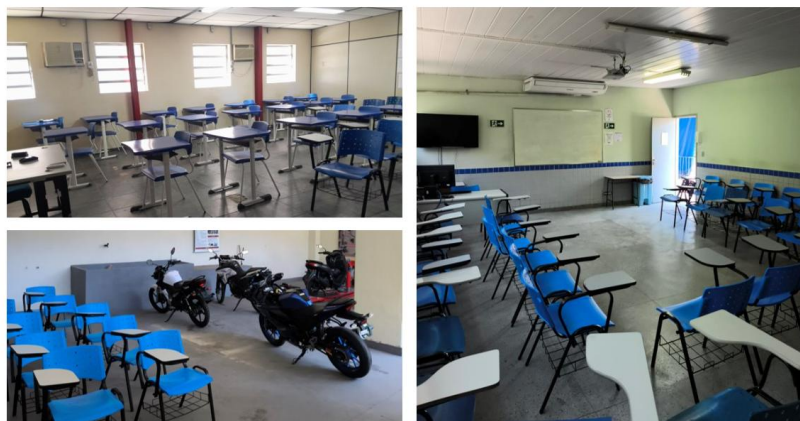


Figura 43 - Sala sem mesas acessíveis e com pouco espaço para circulação

- **Petrópolis:** maçaneta fora do padrão (possui apenas puxador) (Figura 44); layout que não permite circulação e inversão de cadeira de rodas; e mobiliário sem acessibilidade (Figura 45).

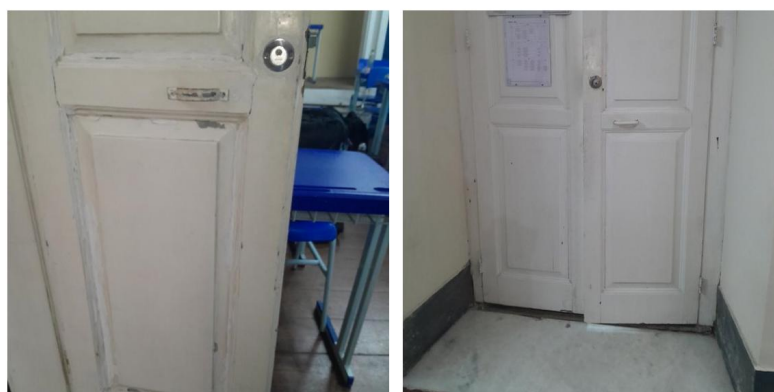


Figura 44 – Maçaneta fora do padrão



Figura 45 - Sala de aula com layout com pouco espaço de circulação e sem mobiliário adequado

- **Valença:** mobiliário sem acessibilidade.

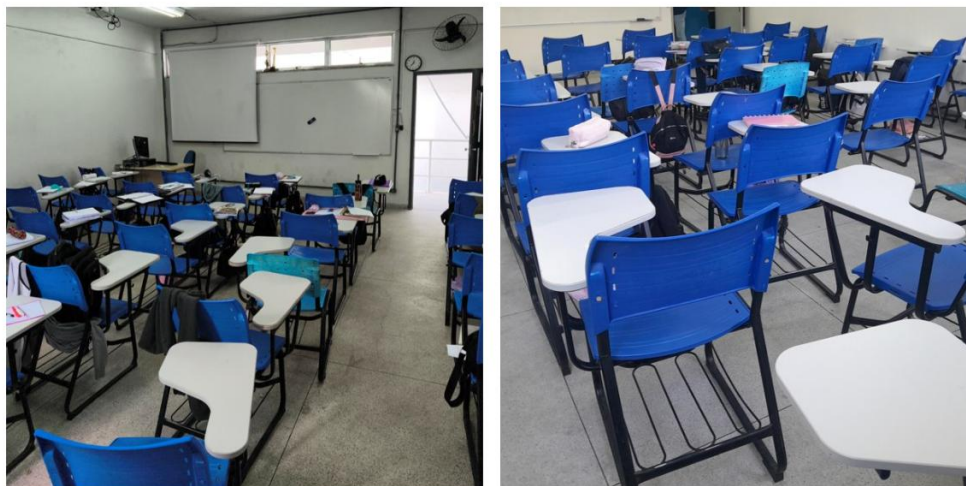


Figura 46 - Sala sem mesas acessíveis para cadeirantes

LABORATÓRIOS:

Nos laboratórios (Figura 47), foram avaliados itens como: altura e largura da porta, altura e tipo da maçaneta, sinalização visual, layout, tipo de piso e mobiliário.

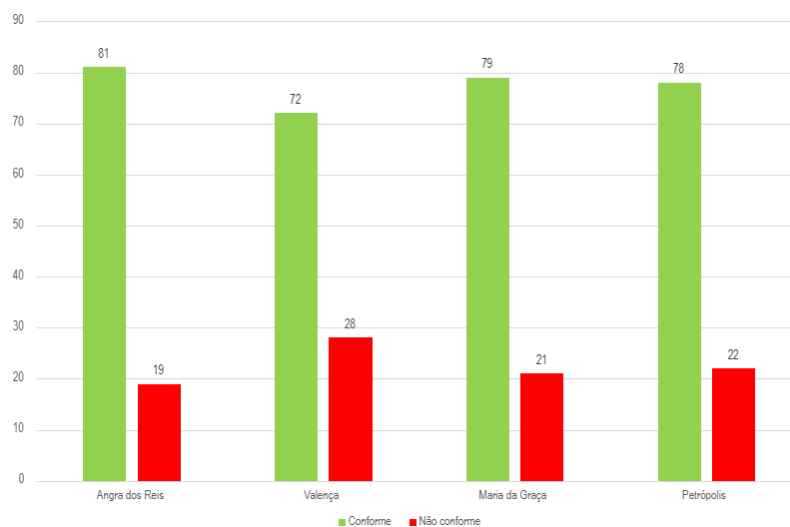


Figura 47 - Laboratórios

Nota-se que a maioria dos laboratórios estiveram dentro dos parâmetros avaliados. Destaca-se, dentro das não conformidades, a ausência de mobiliários adequados para pessoas com deficiência, como mesas muito altas e banquetas que dificultam o acesso. Seguem abaixo os destaques de cada unidade.

- **Angra dos Reis:** laboratórios sem mobiliário acessível e banquetas e bancadas sem os requisitos de acessibilidade.



Figura 48 – Laboratórios sem mobiliário acessível, bancadas altas e banquetas não acessíveis

- **Maria da Graça:** mobiliário sem acessibilidade.



Figura 49 - Laboratório com mobiliário sem acessibilidade, com bancadas altas

- **Petrópolis:** ausência de maçaneta tipo alavanca e mobiliário sem acessibilidade.



Figura 50 - Maçaneta fora do padrão



Figura 51 - Mobiliário sem acessibilidade

- **Valença:** mobiliário sem acessibilidade.



Figura 52 - Bancadas altas e mesas sem acessibilidade

BANHEIROS:

Nos banheiros (Figura 53), foram avaliados comando e altura das torneiras e descargas, barras de apoio e layout de forma geral.

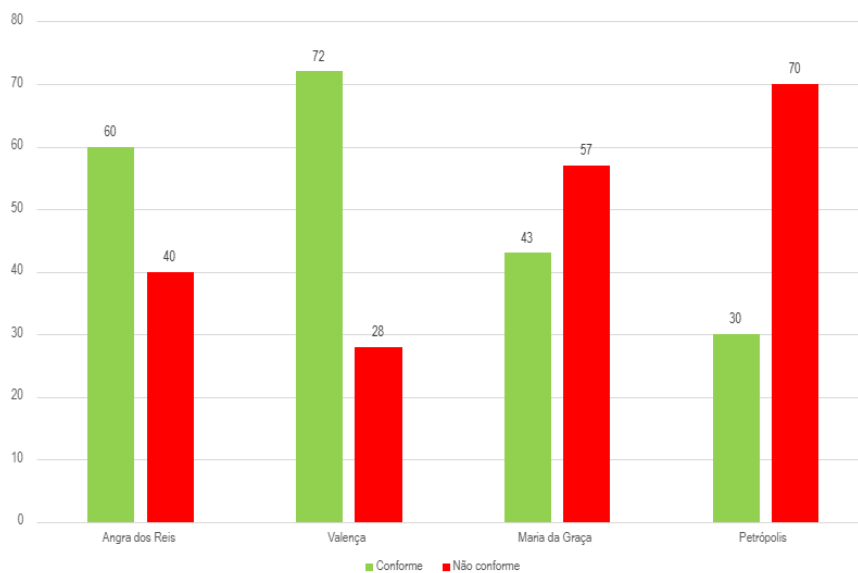


Figura 53 - Banheiros

Sobre os banheiros, cabe destacar alguns itens como altura ideal das barras de apoio, altura e tipo de acionamento das descargas e espaço para entrada de cadeira de rodas. Seguem abaixo os destaques de cada unidade.

- **Angra dos Reis:** barras de apoio fora do padrão (padrão: largura 80 cm e altura 75 cm) e mecanismo de acionamento (padrão: tipo alavanca) da válvula de descarga fora do padrão.



Figura 54 – Banheiro Angra dos Reis

- **Maria da Graça:** cabine fora do tamanho padrão (padrão: mínimo de 1,50 m), barras de apoio com altura e largura desconformes (padrão: largura 80 cm e

altura 75 cm) e mecanismo de acionamento da descarga (padrão: tipo alavanca) fora do padrão.

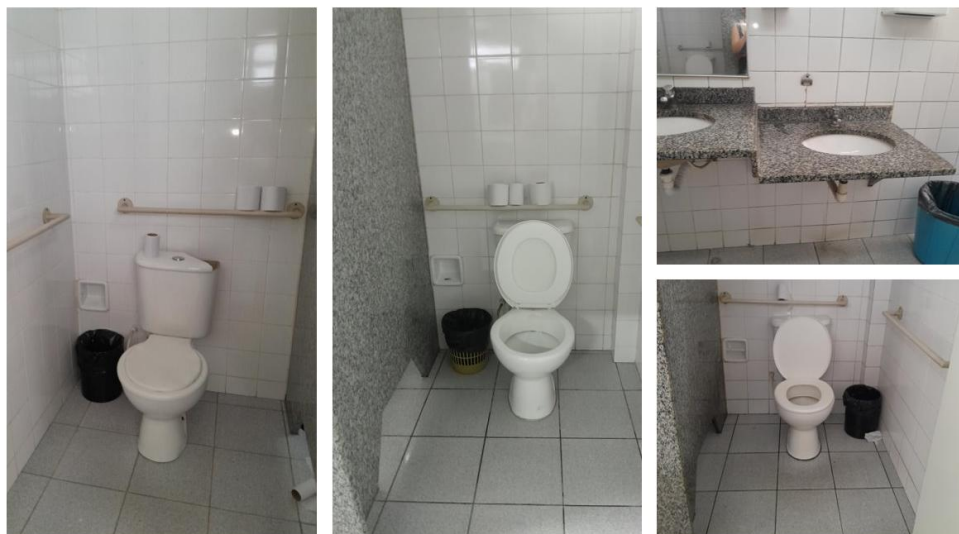


Figura 55 - Barras de apoio, descarga e largura da cabine fora do padrão (Bloco C)

- **Petrópolis:** cabine fora do tamanho padrão (padrão: mínimo de 1,50 m), barras de apoio com altura e largura desconformes (padrão: largura 80 cm e altura 75 cm) e altura (padrão: 1 m) e mecanismo de acionamento da descarga (padrão: tipo alavanca) fora do padrão.

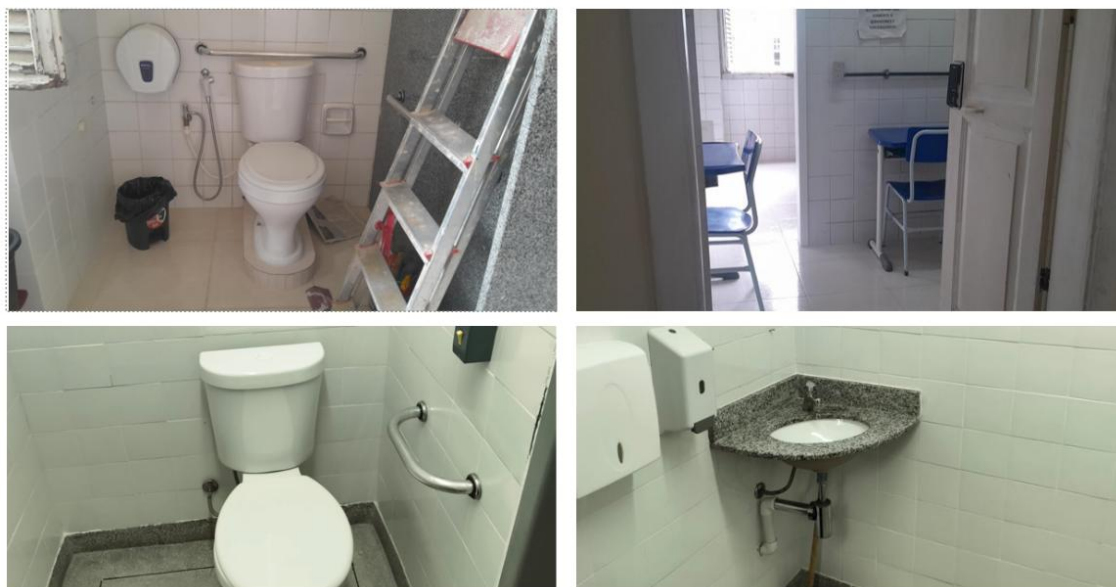


Figura 56 - Barras de apoio, descarga e largura da cabine (Bloco B) fora do padrão

- **Valença:** barras de apoio com altura e largura desconformes (padrão: largura 80 cm e altura 75 cm) e altura (padrão: 1 m) e mecanismo de acionamento da descarga (padrão: tipo alavanca) fora do padrão.



Figura 57 - Barras de apoio e descarga fora do padrão

ESCADAS E RAMPAS:

Nas escadas (Figura 58) e rampas (Figura 59), foram objeto de avaliação presença e altura de corrimão, piso tátil, largura adequada e tipo de piso.

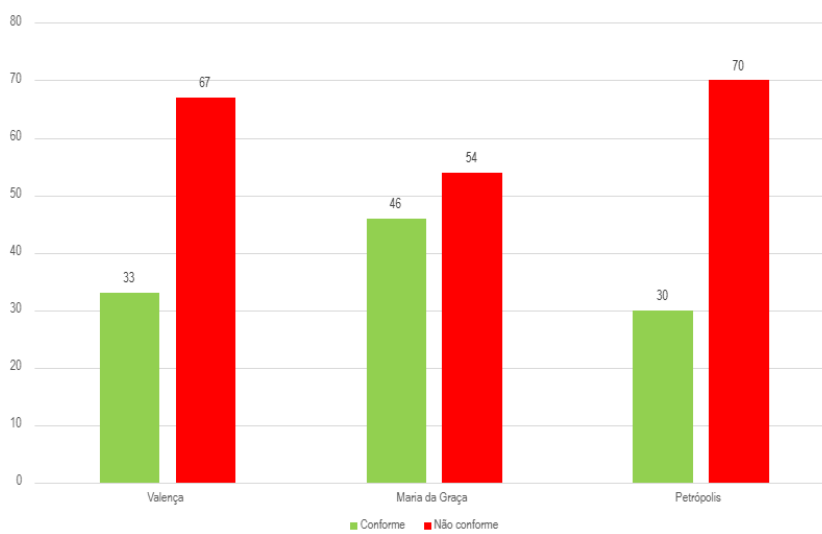


Figura 58 - Escadas

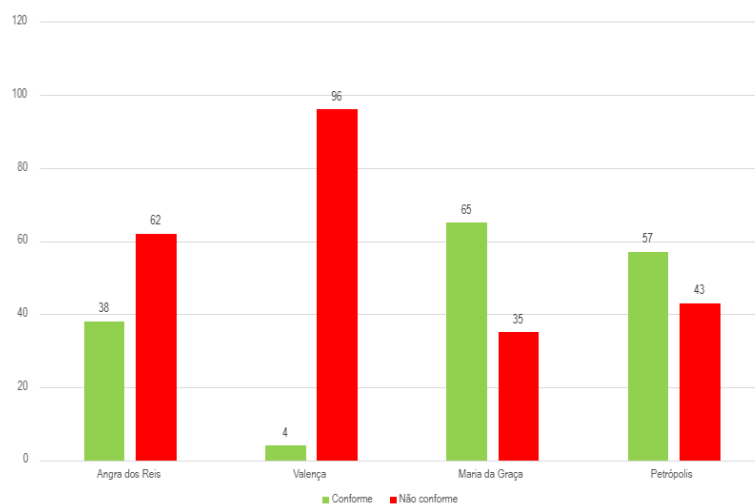


Figura 59 – Rampas

Foram observadas desconformidades como ausência de corrimãos duplos, piso tátil e sinalização. Algumas rampas não possuem corrimãos em duas alturas e piso tátil, comprometendo a segurança e a autonomia dos usuários. Seguem abaixo os destaques de cada unidade.

- **Angra dos Reis:** ausência de piso tátil no início e no término da rampa.



Figura 60 - Rampa sem piso tátil na entrada e saída

- **Maria da Graça:** ausência de piso tátil no início e no término da escada e da rampa, ausência de corrimão com 2 alturas e acabamento curvado em algumas escadas e ausência de sinalização em braile nos andares.

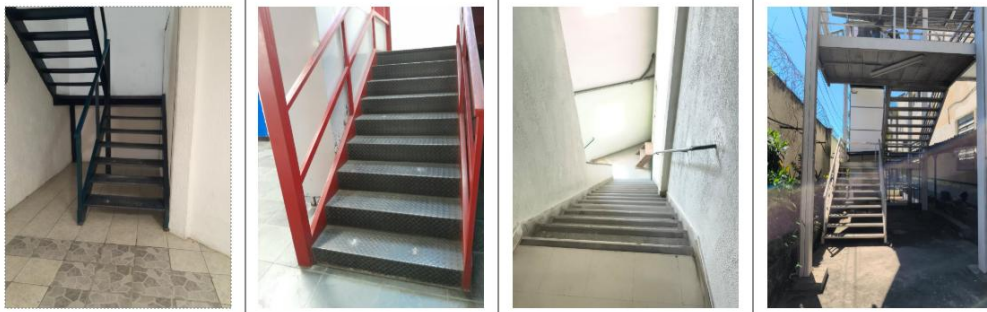


Figura 61 - Escada sem piso tátil na entrada e saída e sem corrimão duplo com acabamento curvado



Figura 62 - Rampa de acesso ao restaurante sem piso tátil

- **Petrópolis:** ausência de piso tátil no início e no término da escada e da rampa e ausência de corrimão com 2 alturas nas escadas. Nas rampas, não há sinalização tátil no início e no término.



Figura 63 - Escada sem corrimão duplo e piso tátil na entrada e saída



Figura 64 - Rampa sem piso tátil

- **Valença:** ausência de piso tátil no início e no término da escada e da rampa e ausência de corrimão.



Figura 65 - Rampa sem piso tátil e corrimão

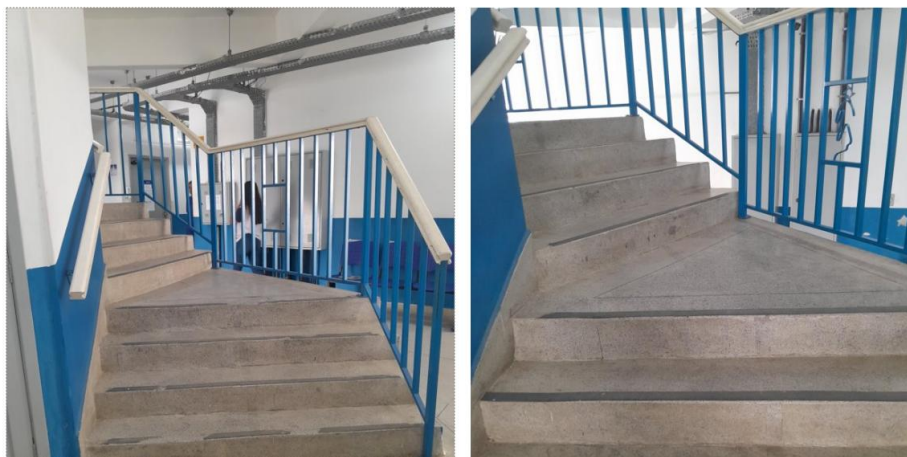


Figura 66 - Escada sem corrimão duplo arredondado e sem piso tátil

PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS E ELEVADORES:

Nas plataformas elevatórias (Figura 67) e nos elevadores (Figura 68), foram avaliadas as dimensões da cabine, sinalizações, identificação em braile e verificados os sinais sonoros e interfones.

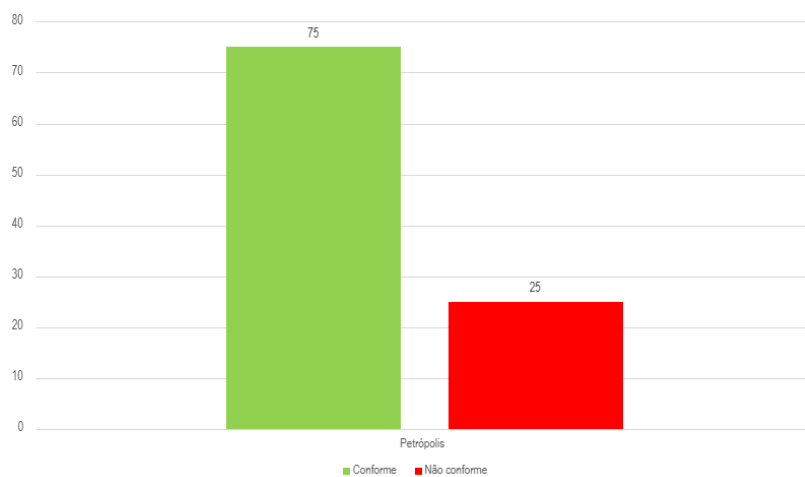


Figura 67 - Plataforma elevatória

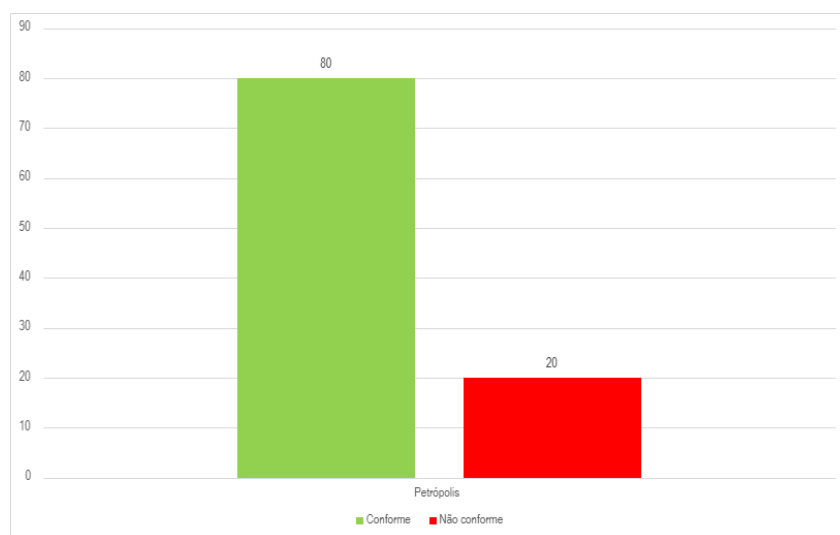


Figura 68 – Elevadores

Nos *campi* que possuem elevadores e/ou plataformas, foi identificado que a maioria dos itens verificados estava dentro dos padrões. Seguem os pontos de destaque de cada unidade.

- **Angra dos Reis:** não possui elevador e plataforma elevatória.
- **Maria da Graça:** elevador fora de uso. Devido a esse fato, não foi possível realizar algumas medições no interior do elevador, somente da parte externa.



Figura 69 – Elevador fora de uso

- **Petrópolis:** na área de espera das plataformas elevatórias, não há demarcação para PCDs. Em relação ao elevador, o piso da cabine não contrasta com o piso da circulação.

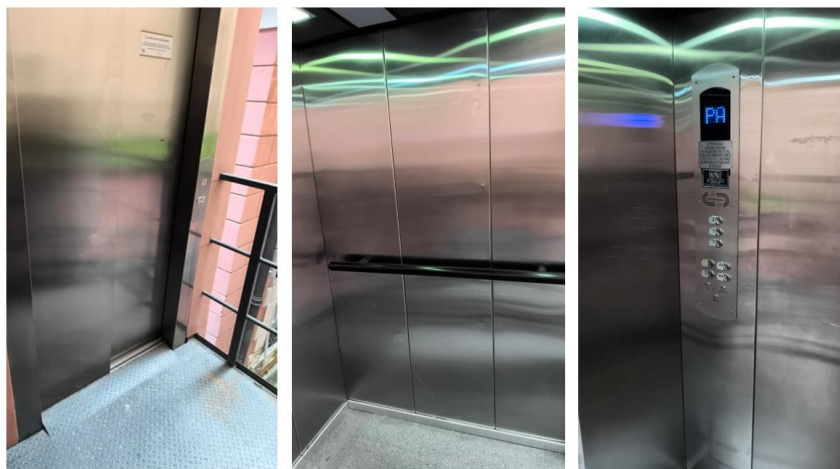


Figura 70 - Elevador



Figura 71 - Plataforma elevatória

- **Valença:** não possui elevador e plataforma elevatória.

AUDITÓRIOS:

Nos auditórios (Figura 72), foram avaliados espaços reservados, assentos sinalizados, rota acessível ao palco e sinalização tátil.

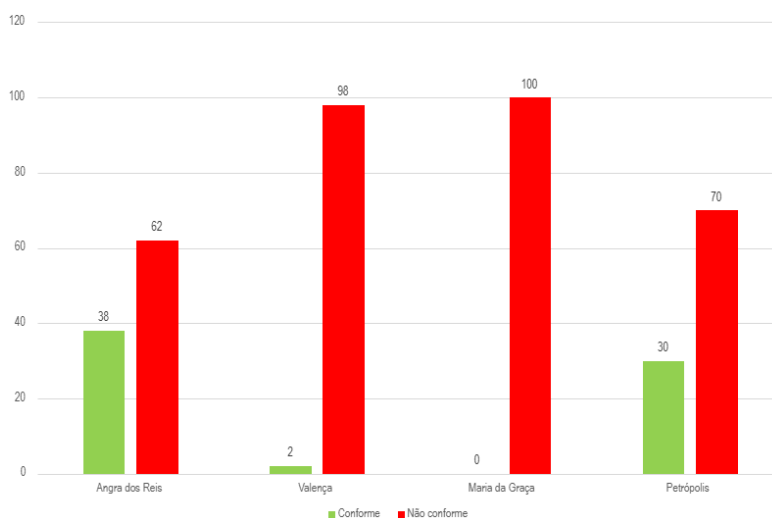


Figura 72 - Auditórios dos campi analisados

Observa-se o baixo percentual de conformidade dos itens avaliados nesta categoria, visto que não há assentos sinalizados para pessoas com deficiência, seja no assento, seja no espaço reservado no chão. Seguem abaixo os destaques de cada unidade.

- **Angra dos Reis:** ausência de sinalização dos espaços e das cadeiras reservadas para PCDs; ausência de assento companheiro para PCDs; ausência de cadeira para obesos; e ausência de piso tátil de alerta junto aos desníveis na circulação da plateia.



Figura 73 – Auditorio Angra dos Reis

- **Maria da Graça:** o auditório do bloco F não possui assentos adequados para PCD. Já o auditório do Térreo possui espaço reservado para PCDs, sem sinalização, e o acesso ao palco é somente por escada (não há rampa de acesso).



Figura 74 – Auditorio Bloco F - Maria da Graça



Figura 75 - Auditorio Térreo - Maria da Graça

- **Petrópolis:** assentos reservados sem sinalização; ausência de assento companheiro; ausência de identificação das cadeiras; e ausência de piso tátil e de cadeira para obeso (somente um sofá compatível com os padrões do normativo de acessibilidade, que pode ser reservado, sinalizado e utilizado por pessoas obesas).



Figura 76 - Auditório Petrópolis

- **Valença:** ausência de espaços reservados para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida; ausência de assento companheiro; não há cadeira para pessoa obesa; e acesso ao palco somente por escada ou por rota alternativa (rampa) sem espaço suficiente para manobra de uma cadeira de rodas.



Figura 77 - Auditório Valença

RECEPÇÕES E LOCAIS DE ATENDIMENTO:

Nas recepções e nos locais de atendimento (Figura 78) dos *campi*, foram analisados entrada acessível, balcão, assentos reservados e prioridade de

atendimento. Nota-se ausência de balcões adaptados e falta de sinalização clara para prioridade, além de espaços insuficientes para cadeirantes e falta de acesso ao local devido a bloqueios como escadas e degraus.

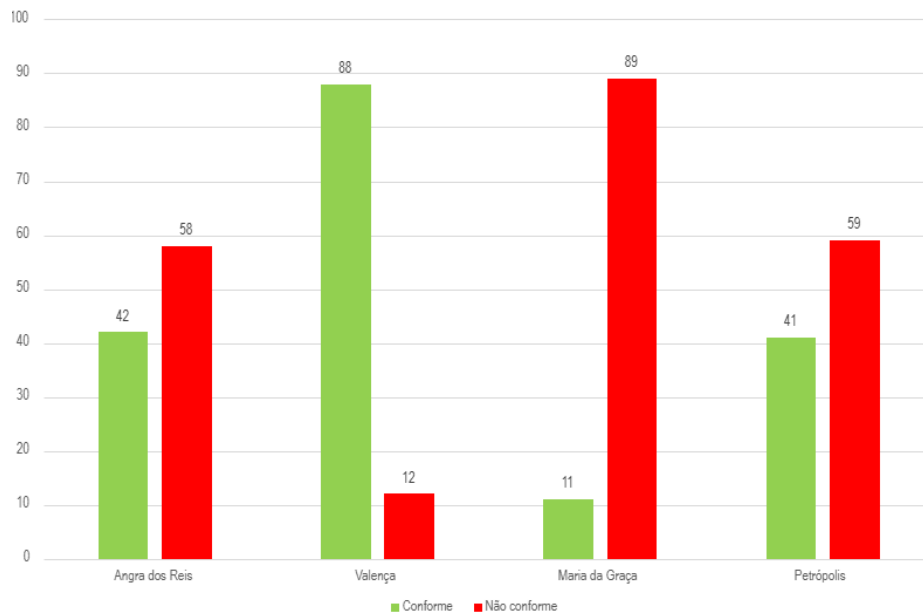


Figura 78 - Recepções e locais de atendimento

Seguem abaixo os destaques de cada unidade.

- **Angra dos Reis:** a altura do balcão da Seção de Registros Acadêmicos (SERAC) está fora do padrão (altura deve estar entre 75 cm e 85 cm). Além disso, o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) possui um degrau para o acesso.

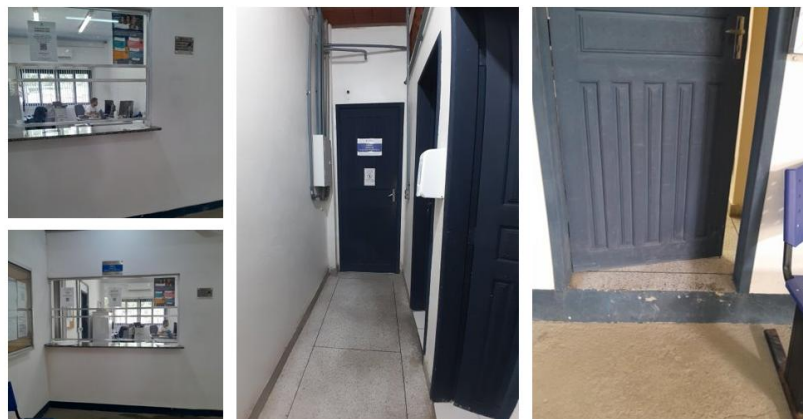


Figura 79 – SERAC e NAPNE - Angra dos Reis

- **Maria da Graça:** a altura do balcão da Seção de Registros Acadêmicos (SERAC) está fora do padrão (altura deve estar entre 75 cm e 85 cm). Além disso, o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) possui um degrau para o acesso, além do corredor não ter largura suficiente para manobra de uma cadeira de rodas.



Figura 80 – SERAC e NAPNE – Maria da Graça

- **Petrópolis:** degrau na entrada do NAPNE.

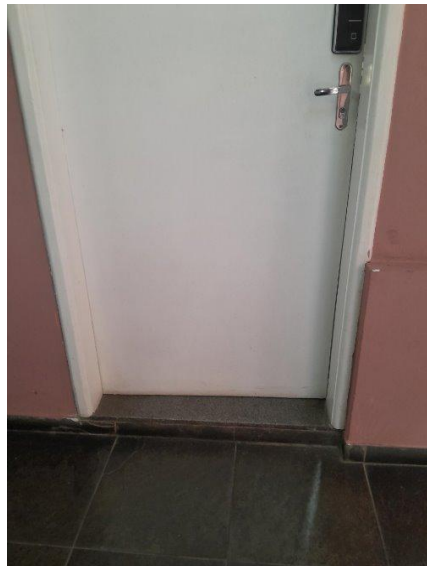


Figura 81 – NAPNE com entrada com degrau - Petrópolis

- **Valença:** a altura do balcão da Seção de Registros Acadêmicos (SERAC) está fora do padrão (altura deve estar entre 75 cm e 85 cm).



Figura 82 – SERAC - Valença

ESTACIONAMENTOS/EMBARQUE:

Nos estacionamentos (Figura 83), de forma geral, foram verificadas vagas reservadas, sinalização e rota acessível. Apesar de apresentar boas condições gerais, falta sinalização em alguns *campi*.

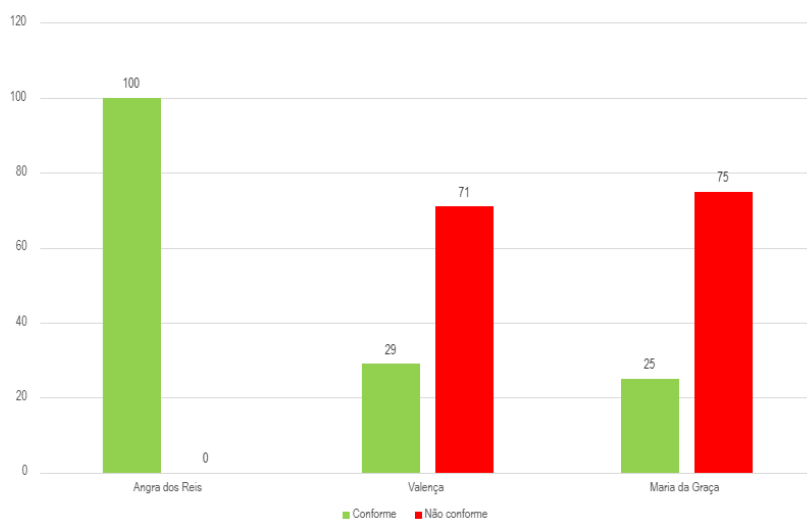


Figura 83 - Estacionamento

- **Angra dos Reis:** estacionamento da unidade de Angra dos Reis está 100% conforme.

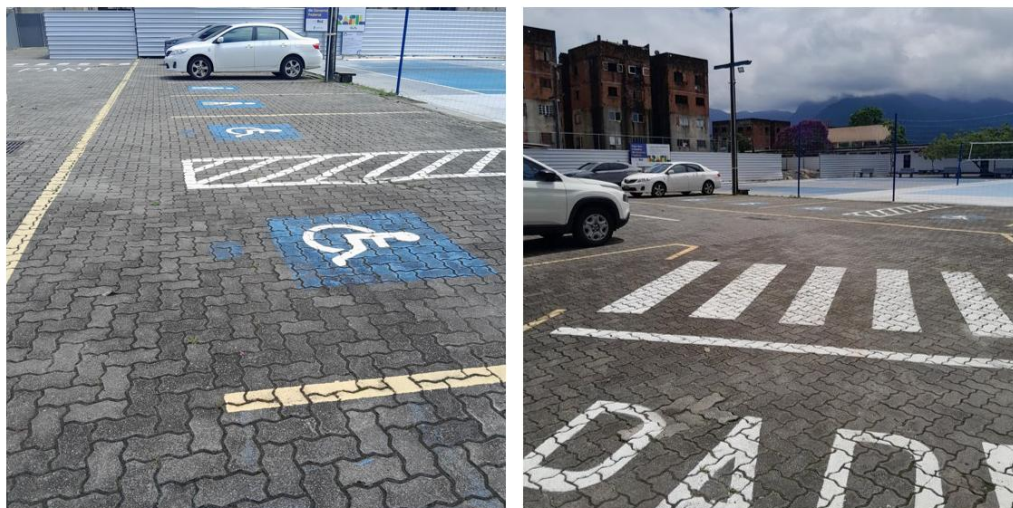


Figura 84 - Estacionamento Angra dos Reis

- **Maria da Graça:** não há vagas sinalizadas para idosos e PCDs.

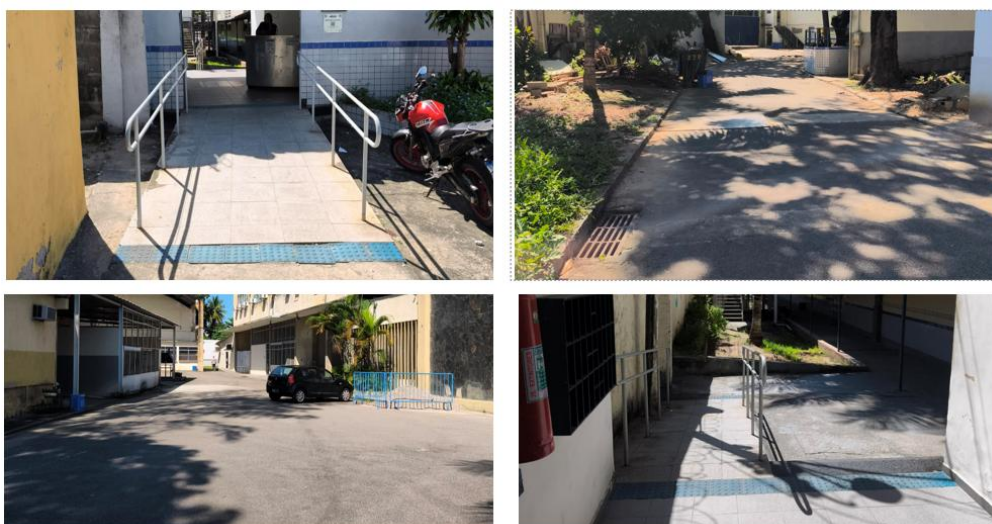


Figura 85 – Estacionamento/embarque Maria da Graça

- **Petrópolis:** não há estacionamento, apenas garagem.
- **Valença:** não há vagas sinalizadas para idosos e PCDs.



Figura 86 – Estacionamento/embarque Valença

QUADRAS:

Nas quadras (Figura 87), foram avaliados espaços reservados para cadeirantes, assentos sinalizados e rota acessível. Petrópolis e Valença não possuem quadras. As quadras de Angra dos Reis e Maria da Graça estão 100% desconformes.

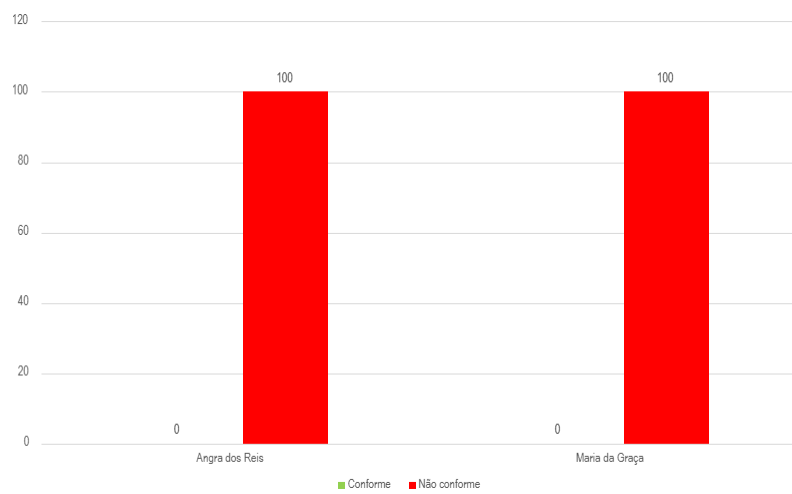


Figura 87 – Quadras

- Angra dos Reis: a quadra apresenta desconformidades como ausência de piso tátil e de espaço reservado para cadeirantes.



Figura 88 – Quadra do campus Angra dos Reis

- Maria da Graça: a quadra apresenta desconformidades como ausência de piso tátil, de espaço reservado para cadeirantes e presença de degrau na entrada.



Figura 89 – Quadra do campus Maria da Graça

BEBEDOUROS:

Nos bebedouros (Figura 90), foram avaliados altura do bocal, espaço livre frontal e sinalização.

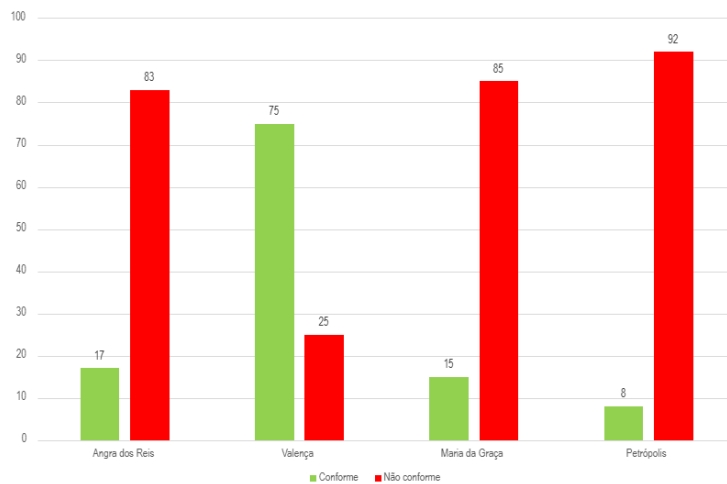


Figura 90 - Bebedouros

A maioria não atende à altura adequada e não possui sinalização visível, dificultando a visualização e o uso por pessoas com deficiência. Seguem abaixo os destaques de cada unidade.

- **Angra dos Reis:** altura do bebedouro desconforme (padrão: bocal a cerca de 90 cm do chão, com altura livre inferior de no mínimo 0,73 m) e sem sinalização para PCD.



Figura 91 - Bebedouros Angra dos Reis

- **Maria da Graça:** altura do bebedouro desconforme (padrão: bocal a cerca de 90 cm do chão, com altura livre inferior de no mínimo 0,73 m) e sem sinalização para PCD.



Figura 92 - Bebedouros Maria da Graça

- **Petrópolis:** altura do bebedouro desconforme (padrão: bocal a cerca de 90 cm do chão, com altura livre inferior de no mínimo 0,73 m) e sem sinalização para PCD.



Figura 93 - Bebedouros Petrópolis

- **Valença:** há bebedouros acessíveis devidamente sinalizados.



Figura 94 - Bebedouros Valença

BIBLIOTECA:

Nas bibliotecas (Figura 95), foram verificadas as alturas dos balcões, largura dos corredores, mesas acessíveis e foi analisado o acervo inclusivo. Destaca-se a presença de mesas acessíveis, porém há ausência de acervo em braile. Cabe destacar que o material em braile é adquirido conforme necessidade e se houver alunos PCDs. Além disso, alguns corredores são estreitos e dificultam a passagem por pessoas com deficiência. Seguem abaixo os destaques de cada unidade.

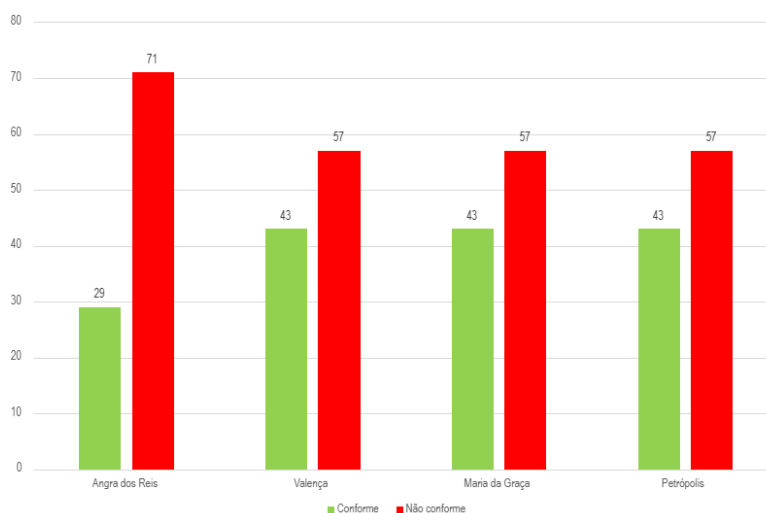


Figura 95 – Biblioteca

- **Angra dos Reis:** largura dos corredores fora do padrão (mínimo de 90 cm).



Figura 96 - Biblioteca Angra dos Reis

- **Maria da Graça:** acesso à biblioteca somente por escada.



Figura 97 - Biblioteca Maria da Graça

- **Petrópolis:** largura dos corredores fora do padrão (mínimo de 90 cm).

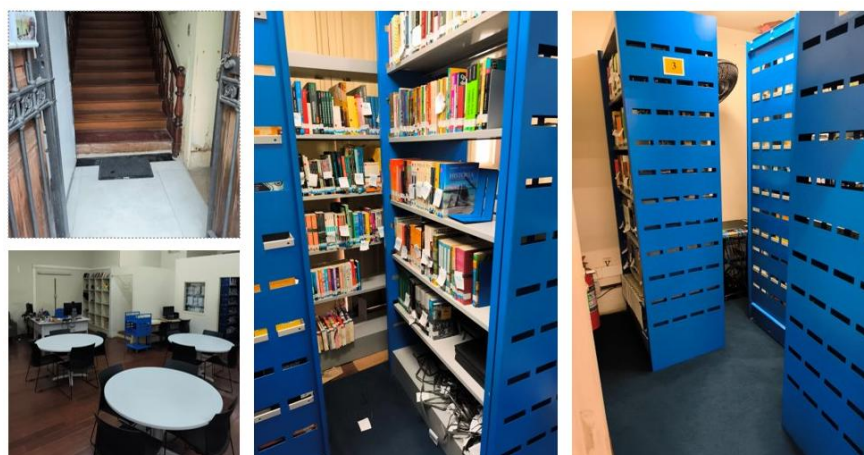


Figura 98 – Biblioteca Petrópolis

- **Valença:** largura dos corredores fora do padrão (mínimo de 90 cm).



Figura 99 – Biblioteca Valença

RESTAURANTES E REFEITÓRIOS:

Nos restaurantes e refeitórios (Figura 100), foram objeto de análise a presença de mesas acessíveis, a circulação adequada e a altura de balcões.

Em alguns *campi*, foi observada a presença de mesas/balcões de utensílios fora dos padrões.

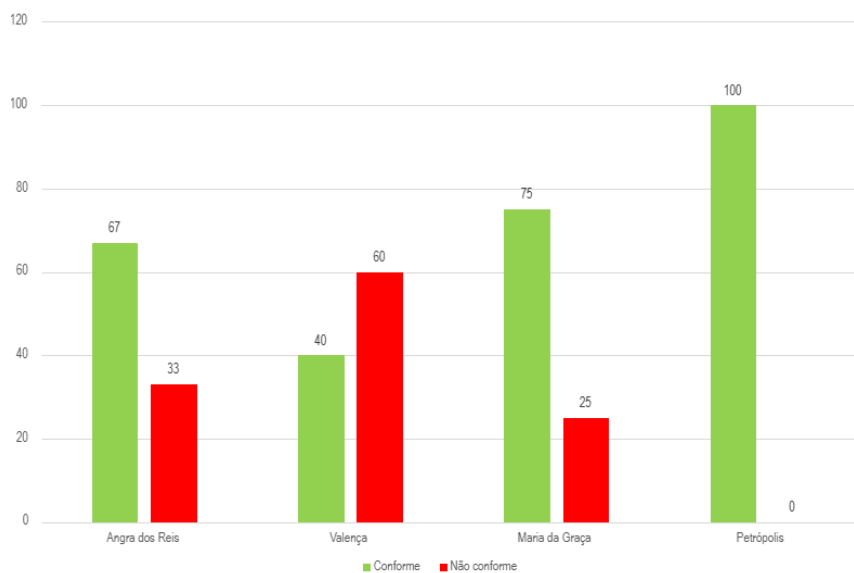


Figura 100 - Gráfico restaurantes/refeitórios

Seguem abaixo os destaques de cada unidade.

- **Angra dos Reis:** mesas dentro dos padrões e espaço adequado para circulação.



Figura 101 - Refeitório Angra dos Reis

- **Maria da Graça:** No caso do restaurante do *campus* Maria da Graça, há rampa de acesso, contudo, em virtude de parceria com colégio da rede estadual ali instalado, o trabalho limitou-se à averiguação da área externa, uma vez que o CEFET/RJ não é responsável pelo espaço, pelo mobiliário e pelos equipamentos.



Figura 102 - Área externa - Refeitório Maria da Graça

- **Petrópolis:** 100% dentro dos padrões.

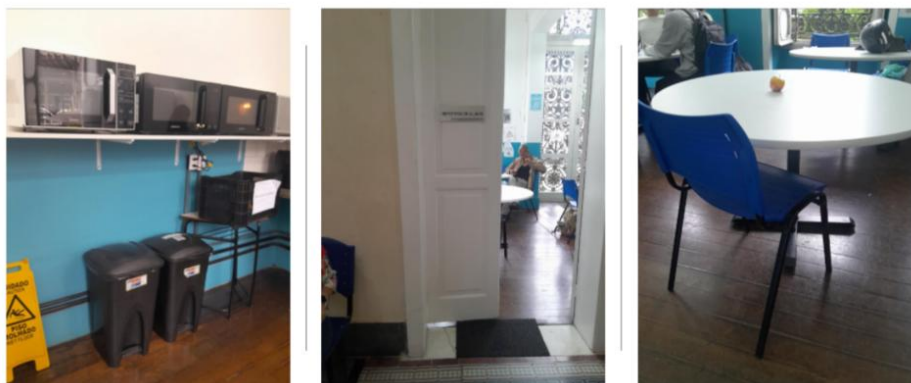


Figura 103 - Refeitório Petrópolis

- **Valença:** mesas fora do padrão de largura e altura e desnível para acessar o restaurante.



Figura 104 – Restaurante Valença